

CEMAP - DOIS PONTOS - 50 - N. 5

DOIS PONTOS

FUNDO CEMAP
DK P2/82

ANO 2 N. 5

Um Jornal de Estudante

Cr\$ 4,00

CREDITOS EDUCATIVOS

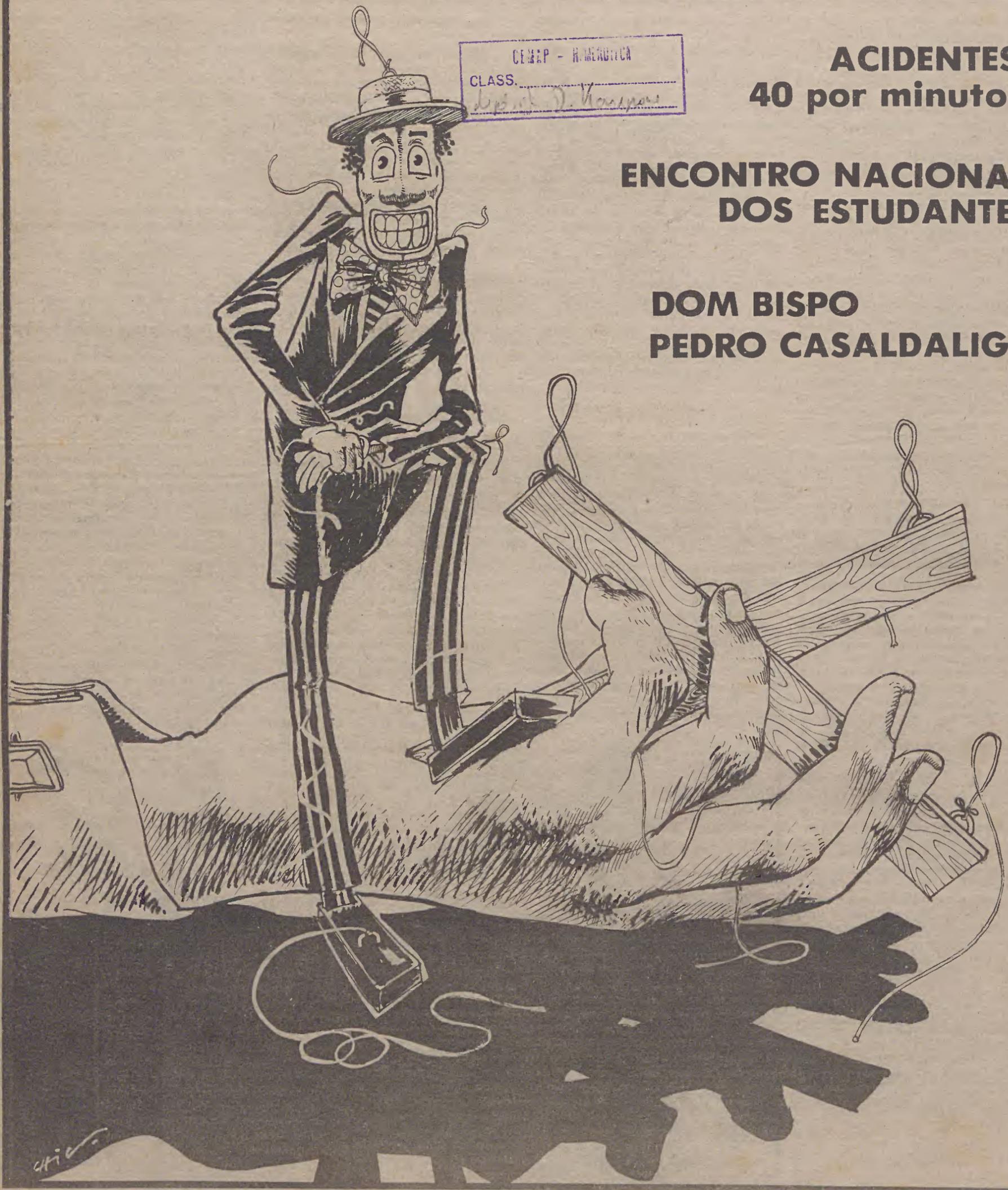
ACORDOS E DECRETOS

**ACIDENTES:
40 por minuto?**

**ENCONTRO NACIONAL
DOS ESTUDANTES**

**DOM BISPO
PEDRO CASALDALIGA**

CEMAP - H. MÉRICA
CLASS. *Dep. D. Casaldaliga*



Chico

CORO DOS DESCONTENTES



À Redação

Como vocês, também sou um estudante, e nessa medida, veja-me na obrigação de endereçar-lhes essa carta com o intuito de assinalar algumas imprecisões que o artigo "Universidade é prá Rico!" (publicidade do Dois Pontos nº 4) contém; e que, por esse fato, não esclarece bem o conteúdo de classe (portanto ideológico) que a Universidade (de resto todo o sistema educacional) possui na sociedade capitalista.

"... Uma enorme máquina (a Universidade) que rotula, classifica e depois encaminha o indivíduo para o sucesso pessoal na vida, para a sua ascensão social. Embora mais adiante o artigo critique o papel da Universidade enquanto instrumento de reprodução (manutenção) da ordem social vigente, ele não aprofunda e expõe claramente o que dá origem e explicação a essa visão da Universidade, que é a concepção da sociedade como sendo constituída de vários estratos (camadas sociais), entre os quais existem "diferenças" econômicas, culturais, de educação, de status, etc. Decorrer dessa concepção que todo e qualquer membro dessa sociedade pode "transitar" entre as várias camadas, isto é, ascender (ou descer) na escala social (a propalada mobilidade social).

Qual o melhor (mais legítimo) critério de escolha para se definir os que devem ascender socialmente que não sejam as "capacidades", "méritos", "dotes", etc., que os mesmos possam possuir?

Ora, a instituição cujo funcionamento se baseia justamente nesses critérios é a Escola (de um modo geral). Assim sendo, aqueles que conseguirem ir mais longe dentro dos diversos níveis educacionais serão os "mais capazes" e, portanto, merecem subir mais alto na escala social. Em outras palavras, aqueles que conseguem chegar à Universidade (um dos últimos estágios do processo educacional) são, de acordo com esses critérios, mercedores da recompensa que a sociedade lhes reserva — a ascensão social.

Mas se esquecem (melhor, não querem) os formuladores dessa "teoria" ver a realidade social em que se situam, que é a de uma sociedade dividida em classes, em que uma delas, a dominante, explora a outra, em que os interesses de uma e outra classe são antagônicos e por isso irreconciliáveis. Nessa medida, não há a possibilidade de "transitar" para "todo e qualquer membro da sociedade" de um estrato para outro. O que pode ocorrer é a

eventual passagem da condição de explorado para a de explorador (ou agente do explorador). Isso fica mais claro se analisarmos as principais classes (e as relações que se estabelecem entre elas) que constituem a sociedade capitalista, a saber: a burguesia, a pequena burguesia e o proletariado. Considerando-se a pequenissima fração que a burguesia, enquanto tal, constitui diante do resto da sociedade, a dominação da mesma se realiza através da "coação e a violência física, das quais se encarregam os aparatos repressivos" e também através da imposição da sua ideologia. E é nesse ponto que a pequena burguesia joga um papel importantíssimo, pois, ela é justamente a classe que, pela sua condição intermediária, pode executar, mediante o estabelecimento de relações recíprocas com a burguesia, a dominação do proletariado. Fica assim bem claro o porque da ampla difusão e o permanente reforço que se realiza no sentido de assegurar a imagem da função promocional da Universidade (e da Escola em geral).

Mas, a manutenção dessa imagem depende das possibilidades concretas que a sociedade tem de integrar os produtos da "enorme máquina", isto é, depende das condições que o mercado de trabalho tem de absorver os contingentes de formandos, enfim, depende da relação entre o crescimento do número de matrículas e o crescimento do mercado de trabalho que, por sua vez, depende do ritmo de crescimento das economias nacionais. Vê-se então, que a Universidade só tem condições efetivas de desempenhar a função promotora enquanto se consegue controlar o número de matrículas. Por outro lado, o que a história mostra e o que vemos hoje diz bem claro; a classe dominante já não tem mais possibilidades de continuar a política de "numerous clausus" (limitação do número de vagas); o passar do tempo mostrará a crescente pressão popular pelo direito à educação e a absolescência da Universidade.

Se pensarmos o caso do Brasil, em que:

1) Decorrente muito mais da **pressão das massas** do que das reais necessidades do sistema produtivo, aumentou-se desmesuradamente o número de vagas nos últimos anos, considerando-se a rede particular de ensino;

2) Ainda assim não foi resolvido o problema do acesso à Universidade (não que tenha sido resolvido o acesso ao primário e ao secundário), veja-se, por exemplo, o número de candidatos inscritos nos vestibulares (CESCEM, CESCEA e MAPO-FEI) crescerem a cada ano, tendo, praticamente, **duplicado em cinco anos**;

3) As verbas destinadas à Educação diminuem a cada ano, não por uma possível "maldade" daqueles que controlam as verbas nos ministérios, mas porque realmente a possibilidade de "investir" em educação já atingiu o limite, logicamente, consideradas as outras prioridades;

4) O mercado de trabalho para mão-de-obra com nível superior não está mais conseguindo absorver os crescentes contingentes de formandos que saem da Universidade, fato que hoje se verifica até em relação aos engenheiros, tradicionalmente, uma profissão que sempre se caracterizou pela facilidade com que o formando encontrava o seu emprego.

O que se concluiu? Que mais cedo ou mais tarde, estaremos numa situação similar à que vivem hoje, por exemplo, os estudantes franceses em que boa parte deles não tem perspectivas de encontrarem empregos ao saírem da Universidade, agravada ainda pelo fato de que no Brasil o problema do acesso à Universidade não foi resolvido e mais, não se dispõe dos fundos que tornem possível a política de alongar o período de permanência do estudante na Universidade (pós-graduação, mestrado, etc.).

No item "Necessidades do Sistema," o autor do artigo esqueceu-se que vivemos

num país subdesenvolvido e dominado pelo imperialismo. Significa que o parque industrial aqui existente utiliza conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nos centros imperialistas. Assim pois, não tem sentido dizer que a Universidade (como um todo), inteiramente sujeita aos interesses dominantes, tem a finalidade, em relação ao aparato produtivo, de "produzir" mão-de-obra capacitada a desenvolver tecnologia e, mesmo que surjam engenheiros, químicos, etc. com um potencial criativo, a realidade prática, a realidade de um mercado em avançado processo de monopolização, dominado por algumas poucas multinacionais, torna impossível a concretização desse potencial, na medida que uma das principais condições que asseguram a continuidade da dominação imperialista é que se impeça o surgimento de condições apropriadas para a produção da tecnologia de construção e operação de bens de capital (ou equipamentos industriais). Um reflexo disso é que a maior parte dos engenheiros, teoricamente os tecnólogos por excelência, hoje, têm uma atividade meramente repetitiva ou, o que dá no mesmo, adaptativa.

Por fim, espero que a carta tenha servido como uma contribuição ao exercício da crítica, que entre nós estudantes, nunca constituiu uma norma, muito pelo contrário; a norma é a **passividade**, a passividade diante da aula dada, diante de situações revoltantes e, muitas vezes humilhantes, gerando em nosso íntimo um sentimento de impotência, de resignação, de desprezo conosco mesmos. Levantemos a cabeça, compreendamos que o autoritarismo do professor, a rigidez estúpida dos regulamentos escolares, a repressão a toda e qualquer manifestação contrária à "verdade" estabelecida, na realidade, esconde o grande temor de que os homens venham a ter consciência de que por trás de tudo isso estão os interesses de uma minoria que vive do roubo do trabalho diário da maioria da sociedade.

Um aluno.

EXPEDIENTE

Edição sob responsabilidade do CEAC (Centro de Estudos de Artes e Comunicações). Editores: Caio Túlio Vieira Costa, Eduardo Kosuke Seta, Fausto José de Macedo, Francisco Evando Alves, Glória Maria Matta Lara, Ivonir Vicente de Oliveira, Maria Ivete de Faveri, Maria Tereza Pinheiro de Almeida, Marilda de Oliveira, Paulo dos Santos, Refton Fracalossi, Sérgio de Oliveira, Silvio Pappovic. Colaboradores: Alunos do ECA, POLI, FAU, C. SOCIAIS, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, FGV, MEDICINA BOTUCATU, UFRJ. Correspondência para: DOIS PONTOS — Rua Afonso Pena, 272, São Paulo, SP. Tiragem 5 000 exemplares. Números atrasados: endereço acima. Nenhum direito reservado. Distribuição Manual. Composto e Impresso nas oficinas da PAT — Publicação e Assistência Técnica, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 — Fone: 282-2523. Pinheiros, São Paulo.



EDITORIAL

Uma aluna da USP, ao ser convidada para a Assembléia Geral Universitária que criaria o DCE-USP, indagou:
— DCE? Departamento de quê?

Este incidente, embora pareça insignificante, de certa maneira reflete o nível de apatia, desinteresse e mesmo irresponsabilidade de uma parcela dos estudantes, no que se refere a seus problemas fundamentais.

Entretanto, seria utópico desejarmos que, dentro do contexto em que vivemos, a participação dos estudantes nessas questões se desse de forma ampla. Em primeiro lugar, porque a falta de liberdade vigente restringe tremendamente a livre circulação de idéias mais avançadas. Em segundo lugar, o contexto em que se formou grande parcela dos estudantes que atualmente se encontram na Universidade, é dos mais sombrios. Conforme veremos melhor explicitado nas matérias subseqüentes deste número, os setores que assumiram o controle do país em 1964 criaram, para sua segurança, a Lei de Segurança Nacional. Inserida nesta lei, está a que coloca na ilegalidade todas as entidades representativas dos estudantes. É bem verdade que estas continuaram existindo até 1968, quando então foram destruídas violentamente, inclusive com a prisão de centenas de estudantes. Em seu lugar, tentaram impor as entidades legais, dependentes da estrutura de ensino. Estas entidades, são muito mais uma forma de o MEC se aproximar dos alunos para tentar impor suas regras, do que um mecanismo efetivo de representação estudantil. Entre alguns critérios para eleição de Diretorias para estas entidades legais e reconhecidas estão: desde o fato de um membro da Diretoria não ter Dependência, até o da Diretoria ser nomeada pela Direção da Escola. Para estas entidades, o MEC dá as funções de promover atividades culturais e esportivas, ou quando muito, encaminhar ofícios e abaixo-assinados. Não é necessário ser muito inteligente para se perceber a total ineficácia — no que diz respeito aos interesses dos estudantes — de tais entidades. Quando alguém pede uma laranja ao comerciante e ele gentilmente cede, podemos ter certeza de que está podre. Levando isto em conta, consideramos que nossas reivindicações não podem ser resolvidas através de concessões por parte dos dirigentes do ensino, mas sim pelas pressões que conseguirmos empreender contra estes. Não podemos pedir favores através de ofícios ou abaixo-assinados. A experiência já nos mos-

trou a inutilidade de tais meios de luta. A estrutura de ensino possui uma máquina burocrática tão complicada, que se recorremos a esta, terminamos enganados. De mãos vazias. E de saco cheio.

E é nisso que entra o caráter livre e independente do qual devem se revestir nossas entidades. De nada nos adianta os canais de participação que nos oferecem. Criemos portanto os nossos.

O momento político por que passamos, exige de nós uma definição cada vez mais clara e direta. Cada vez mais colocam-se a nu as contradições do regime e consequentemente do sistema econômico em que vivemos. Não constitui nenhuma novidade o fato de sermos setor importante da sociedade. Como está dito no "CORO DOS DESCONTENTES", o sistema necessita de nós para sua continuidade. Entretanto, enquanto estudantes, não é esta a função histórica para a qual deveremos ser designados. Pelo contrário, nosso compromisso deve ser outro. Deve ser um compromisso para com aqueles que até hoje em nosso país não conseguiram cumprir a função histórica para a qual estão determinados. Deixando os eufemismos de lado, nosso compromisso é para com a classe trabalhadora. Para com aquela que produz a riqueza da nação e que dela não participa. O conhecimento que adquirimos na Universidade só tem sentido, quando destinado a servir esta classe. O sistema que ora temos, nega-nos esta função.

Lutemos contra ele, pois. Se continuarmos sendo instrumentos da exploração, estamos negando nossa própria função histórica. Se pensamos na Universidade apenas como uma maneira de ascendermos socialmente, de aumentarmos a parcela de ricos do país, estamos pensando de forma individualista e não coletivamente, como exige nosso compromisso histórico. Não podemos prosseguir deixando com que nossas entidades sejam apenas instrumento de um regime que atende os interesses de uma minoria. Devemos, sim, tomá-las e fazê-las nosso instrumento de luta.

Nossas entidades foram destruídas. E elas são nosso único instrumento de luta **organizada**. Resta-nos, portanto, a urgente tarefa de reconstruí-las. Torná-las autênticas. A nível das escolas, temos os Centros Acadêmicos. Que embora negados pelo MEC, continuam existindo em alguns lugares. Da única forma que devem existir: desvinculados de qualquer limitação imposta pelos órgãos que orientam o ensino no país. A nível geral, em termos de Universidade, devemos ter os DCEs, livres e independentes.

Vejam, em termos mais concretos, o

que significa esse termo abstrato como DCE livre e independente: a representatividade de uma entidade, não está apenas nos votos que uma diretoria para a qual esta se candidata, consiga obter.

Pelo contrário, o nível de representatividade de uma entidade é encontrado na aceitação e encaminhamento das lutas que esta passar travar. Independente de seu processo eleitoral. As eleições muitas vezes não indicam a representatividade de um órgão, nem as aspirações reais de seus eleitores. Porque senão, poderíamos dizer que as aspirações do povo brasileiro estão contidas na plataforma política que hoje nos oferece o MDB.

Não queremos com isto, confundir as entidades estudantis com partidos políticos. Longe disso. Enquanto estudantes, de nenhuma forma podemos nos constituir em uma classe social definida. Portanto, se não nos constituímos em classe social definida, não podemos nos constituir em partidos. Poderíamos, quando muito, nos constituirmos em sindicato. E o que é um Sindicato? Um organismo que congrega profissionais de uma determinada área; que encaminha as reivindicações de seus associados; que tem como órgão de decisão máxima suas Assembléias gerais; que possui uma Diretoria apenas para coordenar as decisões tomadas; que (quando autêntico) estabelece a greve como forma de reivindicação mais correta; que nunca trai seus associados; que traça suas lutas não em função apenas do que pensam seus dirigentes, e sim do que deseja grande parte de seus congregados; que tem a democracia interna como norma de atuação constante; que cuida dos problemas mais específicos; enfim, que não se nega em nenhum momento a estabelecer uma luta constante contra seu inimigo.

Tal qual um sindicato, se deverão constituir nossas entidades. Tal qual um sindicato, se deverá constituir um DCE.

Para que uma entidade estudantil consiga traçar as lutas que dizem respeito aos interesses dos estudantes, é necessário que não dependa nem material nem ideologicamente das diretrizes que o governo estabelece. Uma entidade estudantil autêntica, é mantida exclusivamente pelos estudantes. Cabe a nós, portanto, unirmo-nos em torno deste, financiá-la, com recursos e idéias. Engrossar suas comissões. Participar das reuniões gerais que estabelecem suas determinações. Fazer de seu órgão máximo decisório (Assembléias gerais) uma forma consequente de encaminhamento das lutas. O DCE-USP, está sendo reconstruído livremente. É um exemplo a ser seguido. Em tempo: DCE significa Diretório Central dos Estudantes.

ANGU

GERAL

A COMIDA OU A BOLSA



O atraso das bolsas de alimentação

As inscrições para bolsas de alimentação gratuita da COSEAS, que normalmente abriam todo ano em março, ocorreram somente agora, em fins de abril. Procuradas pelos estudantes, as assistentes sociais alegavam falta de verbas. E a cada ano, a situação dos "excedentes" das bolsas de alimentação se agrava. Ainda que o total de pedidos aumentem, a COSEAS mantém praticamente o mesmo número de bolsas concedidas, alegando novamente falta de verbas. A lição dos colegas de S. Carlos (USP) se repete anualmente: somente com a paralisação das aulas já "tradicional" por aumento de bolsas é que se consegue fazer com que a COSEAS atenda a todos os alunos.

Depois que a alimentação e a moradia do estudante deixaram de ser gratuitas, o Estado vem mais uma vez demonstrando seu interesse de passar para o próprio estudante os custeios totais de sua educação, ao mesmo tempo que vai se desobrigando dessa penosa tarefa com artifícios sutis. Desse modo, as entidades de assistência gratuita ao estudante passam a ser cada vez mais precárias, e vão por sua vez cobrando do estudante aquilo que deveria ser encargo do Estado, através das verbas da Educação. Verbas

essas que vêm diminuindo cada vez mais: em 1964 eram destinados 9,4% para a Educação e em 1975, apenas 5,4%, metade da quantia destinada às Forças Armadas.

Já se fala inclusive na cobrança de taxas aos estudantes que marcarem consultas médicas através da COSEAS. Um primeiro sinal disso é que já começou a ser exigido dos alunos que tragam o filme "virgem" para que se tire chapas dos dentes, serviço que era anteriormente gratuito.

Coincidindo com este estado de coisas, surge o Crédito Educativo entre nós (ver PEGPAGUE, p. 11). A relação entre as duas coisas pode ser feita facilmente: o estudante carente de recursos que recebe sua bolsa reembolsável de manutenção, não precisa mais de uma bolsa gratuita — ele já pode arcar com esses gastos — neste sentido, gradativamente, serão extintas estas bolsas reembolsáveis, dada a sua "desnecessidade". E se relacionamos tudo isto com as medidas introduzidas gradativamente no sentido de cobrar taxas por serviços de secretaria, atestados, por cursos de graduação e até por apostilas, veremos que o quadro todo está se fechando: o Ensino Pago bate à nossa porta.

Reitoria fecha restaurante universitário no RS

O ensino pago tem sido combatido pelos estudantes em todas as universidades públicas do país, seja qual for a forma em que apareça disfarçado. Os alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como seus colegas de todo o Brasil, vêm sofrendo constantemente com o pagamento de taxas, para qualquer tipo de serviço prestado por suas universidades. Até mesmo por uma simples declaração de que o aluno está regularmente matriculado em uma unidade de ensino paga-se de Cr\$ 5,00 a Cr\$ 20,00, dependendo da universidade. Os serviços assistenciais, que as universidades deveriam manter para atender gratuitamente os estudantes são, na sua maioria, pagos. Assim, na USP a COSEAS (Coordenadoria de Serviços Assistenciais) começa a cobrar taxas para exames de laboratório, filmes para

radiografias e outros serviços. No RS as taxas de serviços têm sofrido contantes aumentos. O aumento de maiores consequências para os alunos da UFRGS foi o preço da refeição no restaurante universitário — que acabou sendo fechado — que subiu de 4,00 para 5,50 desencadeou toda a crise porque passou a universidade. Além do aumento, os estudantes vinham lutando contra a péssima qualidade da cozinha até que foi decretado pelo DCE-UFRGS o boicote de um dia ao restaurante. Dos dois mil usuários somente cinco furaram o movimento. O vice reitor que substituiu o Reitor na época visitou o RU e prometeu atender as reivindicações dos estudantes. Entretanto, trava-se na UFRGS uma verdadeira batalha pela reitoria. Esse fato, sem dúvida pesou bastante na decisão do Reitor (de volta a seu lugar) de fechar o restaurante. A medida teve imediata repercussão nos meios estudantis e o DCE-UFRGS imediatamente mobilizou os estudantes contra a medida. O movimento recebeu apoio de vários setores da população de Porto Alegre. A luta continua com o restaurante ainda fechado. Basta saber até que ponto a estupidez e a arbitrariedade vai continuar prejudicando: cerca de 2.000 pessoas.

CADÊ A GRÁFICA?

Greve em Minas Gerais

A greve de Minas Gerais é mais um episódio que demonstra o posicionamento firme dos estudantes brasileiros. Há dois anos, os alunos de Ciências Sociais da UFMG, apoiaram a reestruturação do currículo de seu curso. Pela forma adotada, a maioria das aulas seriam dadas na forma de Seminários exigindo textos base, ou seja, apostilas. Os alunos passaram a reivindicar um setor de publicações para a escola (máquinas de escrever elétrica, gravadora de stencil e mão-de-obra), para que as apostilas fossem gratuitas. Até o começo desse ano nada havia sido resolvido. Os alunos do Curso, reunidos em Assembléia, resolveram levar suas reivindicações até o Reitor, que não os recebeu. Lá mesmo na reitoria foi discutida a proposta de paralisação já que era impossível continuar o curso sem textos para as aulas.

A escola ficou em greve até que representantes do Centro Acadêmico foram chamados à reitoria, juntamente com dois professores, onde garantiram que suas reivindicações já estavam sendo atendidas. A greve durou mais uma semana e provou mais uma vez que a força e a justiça das reivindicações estudantis. **Do documento dos alunos da Ciências Sociais da UFMG:** "Transparece a todo momento a importância do processo organizado da luta dos estudantes. Ele nos levou, entre outras coisas, a conseguir o setor de publicações, a maior unidade de interesse dentro do curso, a um fortalecimento de nossa entidade (o Centro de Estudos) e, o que é mais importante, sem que com estes ganhos colocássemos a perder as vitórias parciais que tivemos ao longo desses dois anos de luta para conseguirmos um curso crítico voltado à nossa realidade".

ONDE COMPRAR DOIS PONTOS:

- 1 — Bancas da Cidade Universitária
- 2 — Livraria do CAVC — Economia
- 3 — Lojas do DLP — Poli.
- 4 — Papelaria da FAU
- 5 — Centros Acadêmicos
- 6 — Escola de Comunicações — USP



EMPÓRIO ARTÍSTICO

“Michelangelo”

COLASUONNO & CIA. LTDA.

MATRIZ - R. LIBERO BADARÓ, 118
FONES: 32-2292 - 35-4257

FILIAL 1 - R. MARTINS FONTES, 185
FONE: 256-2120

CAIXA POSTAL 2862 - S.P.

ANGU GERAL

IMPrensa UNIVERSITÁRIA?



A maior tiragem universitária do país!

É o Minuano. Tablóide, vinte páginas, impressão off-set, tiragem de 15.000 exemplares, distribuição gratuita, órgão de divulgação do Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul. O jornal, reproduzindo a total identificação do DEE com a política estudantil preconizada pelo MEC, é um amontoado de cânticos enaltecedores da política educacional do governo e das iradas contra a "minoría-que-se-aproveita-dos-inocentes-úteis-prá-fazer-baderna".

A partir da página 3, começa o ôba-ôba: "em uma mostra definitiva de que a política estudantil se faz com arrojo, decisão e enfrentando os problemas, ao invés de acomodação, críticas soltas ou panfletagem", onze diretores do DEE, com o auxílio financeiro de algumas cadernetas de poupança e dos Diários Associados, passaram três dias em Brasília, tendo audiências com autoridades governamentais, especialmente com o ministro Ney Braga e o presidente Geisel. Éta, gauchada macha, tchê.

O pessoal chegou até mesmo "a reivindicar importantes medidas para o favorecimento estudantil (sic), como um amplo reestudo do decreto-lei 228 (veja Acordos e Decretos pág. 10), maior incentivo à impressão do Livro Técnico e a extensão do Crédito Educativo também para o RS", além de pedir apoio para a promoção "Universitário do Ano". O ministro declarou estar profundamente interessado nas reivindicações levadas até ele.

E não se diga que o jornal não se preocupa com a opinião dos alunos! Na matéria "Universidade — as esperanças dos calouros", depois de inquirir alguns calouros sobre as suas perspectivas dentro da universidade, o jornal revela as esperanças do DEE: "O sonho para alguns ainda não terminou. Para outros, nem começou. Espera-se que o sonho não se transforme em pesadelo. E que este pesadelo não transforme, ainda mais, as coisas"; pra encerrar as matérias de "peso", um artigo defendendo a integração Estudantes-Empresários.

Bom, a uma altura dessa, a gente fica se perguntando como é que esse jornal se sustenta; o próprio jornal, gentilmente, se encarrega disso: "Com um coquetel que contou com a presença do Secretário da Educação, do Prefeito Municipal, de autoridades locais e do presidente do DEE (...), foi inaugurada a nova e ampla Sede Assistencial. O custo da obra atingiu a soma de Cr\$ 400.000,00 cobertos com recursos advindos da Fundação Universidade do Rio Grande, do Governo do Estado, do Rio Grande do Sul e do Ministério da Educação e Cultura", ministério que dá, anualmente, Cr\$ 500.000,00 ao DEE. Tá explicado.

Mas é na parte de notícias, digamos assim, sociais, que o jornal se supera, que o ridículo atinge o sublime: "Estão de parabéns o presidente Paulo Ehlers e toda a

diretoria do Círculo Militar de Porto Alegre por terem vencido o Concurso de Blocos do carnaval deste ano"; "O mais novo DCE do RS, o da FUNBA, já tem sua diretoria eleita. E o destaque é a presença feminina: nossa colega Jane Sanchez foi empossada presidente do DCE"; "O Diretório Central Unificado da FEEVALE estará realizando o seu já tradicional Baile dos Bixos, no dia 10 de abril. Na oportunidade será escolhida a rainha dos calouros, para o que concorrem duas candidatas de cada diretório"; "O conselho deste mês é o café colonial nas tardes de domingo, no Ipanema Hotel, ali no Morro do Sabiá. Por Cr\$ 20,00 você é atendido em alto nível, servido com talheres de prata e pode optar entre café, chá, chá de maçã ou de laranja. Tudo vai à mesa"; e para finalizar, "uma foto exclusiva da Rose di Primo mostrando a língua para os que não gostam do jornal". Na última página, a Rose di Primo com cara de editor do Minuano.

O sequestro dos estudantes baianos

No dia 13 de março, um sábado, dois estudantes da Universidade Federal da Bahia, Frederico Torres e Valdério Silva Santos, foram presos numa praça de Governador Valadares por três policiais, enquanto esperavam o ônibus que os levaria ao Rio para uma reunião da Comissão Organizadora dos Encontros de Economia. Na segunda-feira, o DCE da UFBA denunciou a prisão e a atitude da polícia local, que negou-se a informar que órgão os havia prendido e para onde haviam sido levados, caracterizando-se, assim, o ato como um autêntico sequestro político. Na terça-feira, a Polícia Federal, em Minas, divulgou nota oficial sobre a prisão dos estudantes. "Os dois nomes foram incursores na Lei de Segurança Nacional, por estarem portando fardo material para incitamento estudantil." Os documentos em posse dos estudantes: um jornal Movimento, a carta-programa do DCE da UFBA, uma carta de Ano Novo do Conselho de Representantes do DCE (aliás, transcrita no nº 4 do DOIS PONTOS, pág. 8), e a síntese da última reunião, em Campinas. A partir daí, começou a rotina de espancamentos e socos. Enquanto isso, as mobilizações sucediam-se na UFBA. A Faculdade de Economia entrou em greve por 48 horas, depois que o reitor suspendeu o secretário-geral do DCE e a presidente do Diretório da Economia por haverem exigido da reitoria uma posição relativa à prisão dos estudantes. Sua Magnificência fechou também o Diretório da Faculdade.

O ENSINO PAGO VEM AÍ



DCE de Pernambuco contra crédito educativo

Até agora o Programa de Crédito Educativo foi efetivamente implantado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo notícias nos jornais o número de inscritos ultrapassa 55 mil, dos quais aproximadamente 50 mil tiveram seus pedidos aprovados, sendo a maioria deles de bolsa-manutenção. Os estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, prontamente reagiram e o DCE enviou a todas entidades estudantis uma carta denunciando o Crédito Educativo como a forma mais "disfarçada" que o MEC encontrou para estabelecer o ensino pago nas Universidades Brasileiras. Eis um trecho da carta "A nossa Região foi escolhida como uma das áreas prioritárias para o início desta implantação porque é, no momento, o local onde ainda há pouca resistência à fixação do ensino pago. Isto porque em muitas universidades as nossas entidades de representação ainda permanecem fechadas, ou onde existem tem pouca representatividade." E continuam: "...O Crédito visa enraizar-se na nossa região para ser difundido em todo o país; daí a importância de posicionamento de todas as Entidades Nacionais." Segundo um estudante da UNP, "a não especificação pelo Conselho, dos critérios de prioridade, abriu um precedente, no sentido de que tenham preferência

os universitários matriculados em curso das chamadas áreas tecnológicas, em detrimento da formação de outros profissionais. "Parece que não foi somente este estudante que chegou a essa conclusão. Também o Jornal "O Globo", em um editorial intitulado "Ensino Responsável", afirma que "...através dele (Crédito), por exemplo, será possível numa etapa subsequente reorientar o ensino superior brasileiro para as áreas do interesse prioritário do desenvolvimento. E que os critérios de seleção creditícia não se limitarão neste caso, ao exame de maior ou menor carência de recurso dos candidatos. Pesarão ainda certos fatores qualitativos, a começar pela carreira que eles pretendem seguir, ou pela opção universitária que já estejam cursando."

Neste semestre inicia-se a implantação do Programa de Crédito Educativo nas regiões Sul e Sudeste, ainda não atingidas pelo Programa, inclusive São Paulo. Cabe às entidades estudantis desta regiões alertarem os estudantes sobre as implicações de tais bolsas reembolsáveis. E também os próprios estudantes precisam se preocupar com estas mudanças na estrutura do ensino do país e participarem das lutas contra a elitização da Universidade.

Dias depois, com a suspensão de mais dois representantes estudantis, a Economia entra em greve novamente, dessa vez, com a escola cercada de policiais. Doze dias após a prisão, o advogado contratado pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, conseguiu ver os seus clientes. Depois, mais uma sessão de interrogatório, onde os policiais tenta-

ram obter uma confissão dos estudantes de que eles pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro ou que iam ao Rio participar de um congresso da UNE. Somente no 14º dia de prisão, depois que o juiz-auditor da 4ª Circunscrição da Justiça Militar de Juiz de Fora considerou que os documentos não eram subversivos, é que os estudantes foram libertados.

ANGU GERAL

O PESSOAL DO COPPE RECLAMOU E FOI MANDADO EMBORA. ASSIM NÃO DÁ!



A crise na Pós-Graduação.

Com a greve iniciada dia 13 de abril pelos alunos da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as manifestações contra a atual situação do ensino universitário no país, que de algum tempo para cá vem se tornando mais fortes e frequentes, atingem os cursos de Pós-Graduação de maneira incontestável.

A COPPE reúne 12 programas de Pós-Graduação em Engenharia, com mais de 400 alunos em tempo integral (bolsistas) e aproximadamente outros 1000 em tempo parcial. A instituição é, pela própria natureza das atividades que desenvolve (pesquisa em Ciências Exatas e Tecnologia), ponto nevrálgico do sistema de Pós-Graduação no país.

A luta dos alunos da COPPE reivindica o aumento do valor das bolsas, bem como a fixação dos prazos de pagamento (já que as bolsas chegam, em alguns casos, a atrasar até 6 meses) e tem gerado uma compreensão maior da situação da Pós-Graduação. O documento da Assembléia de 13/4 coloca: "todas essas medidas são reflexo de uma Política Educacional de limitação de verbas para a Universidade e de direcionamento das pesquisas para obtenção de lucro imediato. Nesse sentido os problemas que ora enfrentamos têm caráter geral, afetando todos os núcleos de Pós-Graduação do país."

Aliás, a generalidade dos problemas que a COPPE enfrenta foi até confirmada pelas declarações do Presidente do CNPq (um dos órgãos financiadores das bolsas) quando afirmou que as reivindicações da COPPE eram estreitamente dependentes da Política Educacional para Pós-Graduação e dos orçamentos do MEC (e que portanto era impossível atender os alunos da COPPE a curto prazo). O Presidente acrescentou ainda ao Jornal do Brasil que se fôssemos reclamar de salários e bolsas baixas, seria o caso de toda a sociedade entrar em greve.

Uma outra reivindicação que ganha importância é a exigência de que a Dire-

toria aceite a representatividade do CRAC (Conselho de Representantes dos alunos da COPPE). Na UFRJ os Centros Acadêmicos e Diretórios estão fechados. Daí a importância do reconhecimento do CRAC como órgão livre e independente.

A quarta e última reivindicação é a extinção de uma comissão constituída pela Reitoria para intervir no Programa de Planejamento Urbano e Regional (PUR). Esta coloca concretamente para os alunos da COPPE a questão da independência na orientação dos trabalhos e teses desenvolvidas.

A comissão, constituída sem consulta aos alunos e professores do Programa, tem poderes para reformular e reorganizar o PUR, o que entendem os alunos só vai reforçar uma linha tecnicista para o curso, excluindo qualquer possibilidade de uma análise mais abrangente, em termos sócio-econômicos, das questões que envolvem o Planejamento Urbano e Regional.

Sem que nenhum desses problemas houvessem sido resolvidos e diante das ameaças feitas pela Reitoria do corte de bolsas e punição das lideranças, os alunos haviam decidido — como forma de recuo tático — voltarem às aulas no dia 26/4. No entanto, três dias antes, foram surpreendidos pela medida tomada pela reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro: desligou 150 alunos da COPPE (60 dos quais defendendo tese) ao extinguir o Programa de Planejamento Urbano e Regional (PUR).

A alegação da reitoria é a de que seriam os alunos do PUR os líderes do movimento de paralisação. Esta medida teve como resposta imediata a reafirmação do movimento pelos alunos, que reunidos em Assembléia denunciaram o "oportunismo" da Reitoria em encontrar no Planejamento Urbano e Regional as lideranças de nosso movimento" e sua "Política Educacional excludente e repressiva, apesar do reconhecimento tácito por parte da COPPE da justiça de nossas reivindicações, explícito por parte dos auxiliares de ensino e dos alunos de outros centros de Pós-Graduação."

NOSSO DINHEIRO

Balanço mas não caio

Quando pensamos em fazer **Dois Pontos**, em julho do ano passado tivemos logo de início, que procurar formas de conseguir levantar o capital necessário para a impressão do primeiro número.

Tivemos muita dificuldade em conseguir. Vendemos rifas de assinaturas de jornais e revistas (Opinião, Visão, EX, Pasquim, Revista do Rock), jornais velhos e percorremos várias escolas da USP com uma feira de livros. Com isso conseguimos o nosso Patrimônio Inicial, que foi de Cr\$ 6.655,00. Com esse dinheiro e mais algum que conseguimos com a venda de

anúncios, conseguimos cobrir as despesas do número 1.

Com a venda deste obtivemos um certo lucro e acumulamos capital suficiente para que o jornal pudesse continuar a existir. Algumas pessoas nos perguntavam para onde ia esse dinheiro que conseguimos: se tínhamos lucro, se os redatores recebiam alguma coisa. Em vista disso, achamos correto apresentar para o nosso leitor os demonstrativos numéricos de nossa situação financeira, ou seja, patrimônio inicial, receita, despesas, lucros, perdas e o capital com que contamos agora. Aí está:

	RECEITA	DESPESA		
Patrimônio	6.655,00			
Nº 1	8.559,00	7.846,00	lucro:	713,00
Nº 2	8.429,00	7.854,00	lucro:	575,00
Nº 3	6.550,00	8.340,00	prejuízo:	1.790,00
Nº 4	7.195,00	9.143,00	prejuízo:	1.948,00
A receber	5.500,00		a receber:	5.500,00
Totais:	36.233,00	33.183,00	Lucro:	3.050,00

Como se percebe na tabela acima, as dificuldades materiais de se manter um jornal independente são muitas. O dinheiro recebido com as vendas e a publicidade de um número é apenas o suficiente para a feitura do próximo. Neste número, por exemplo, tínhamos em caixa 9.705,00 (Patrimônio Inicial: 6.655,00 +

Lucros: 3.050,00) para pagarmos os custos de impressão deste número, 12.500,00: juntamos ao dinheiro o que conseguimos em publicidade. Isto significa que para continuar publicando DOIS PONTOS temos que aumentar o seu preço para 4,00.

DLP

COMPOSIÇÃO IBM
IMPRESSÃO OFF-SET
MATERIAL ESCOLAR
LIVROS E APOSTILAS

GRÊMIO POLITÉCNICO

R. Afonso Pena - 272 - Tel: 227-0607 — Bom Retiro — lojas na Cidade Universitária: Prédios do Biênio, Química e Mecânica.

Pedro Casaldáliga: DOM BISPO

"Não sei qual o maior crime, se o de roubar um banco ou fundá-lo". Generalizando a observação feita por Bertolt Brecht na "Ópera dos Três Vinténs" para as demais empresas capitalistas, poder-se-ia concluir que, no caso da ocupação de terras na Amazônia por companhias bancárias ou multinacionais, por meio de projetos latifundiários, tem havido crimes bem maiores do que roubar um banco. Apesar disso, passou recentemente nas telas de São Paulo um documentário Jean Manzon glorificando esses crimes e mostrando — entre os empreendedores levados a cabo com a ajuda cúmplice do dinheiro da classe média que investe no chamado Top Club — a fazenda Bradesco, no sul do Pará, que, antes de se tornar bonita, pilhou terras, matou e expulsou índios e até hoje mantém em regime de semi-escravidão os seus peões.

Assim como o Bradesco, o Banco de Crédito Nacional também resolveu investir nos mesmos crimes e iniciou, na década de 60, a chamada Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, a famigerada Codeara. Por defender os posseiros e peões contra as agressões da Codeara, o padre François Jentel, missionário durante 20 anos no norte de Mato Grosso, foi condenado a dez anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande, absolvido um ano depois pelo STM e, finalmente, expulso do País, em fevereiro último, por decreto do general Geisel. O povoado de Santa Terezinha, no norte de Mato Grosso, onde Jentel era vigário, situa-se na Prelazia de São Félix do Araguaia, uma região eclesiástica que compreende um município e meio, e mais a Ilha do Bananal, num total de 150 mil Km². O bispo de São Félix, D. Pedro Casaldáliga, que em meados do ano passado também foi ameaçado de expulsão (é espanhol de nascimento), conta a DOIS PONTOS como vive e luta na Amazônia, um povo de lavradores que quer sobreviver, apesar do latifúndio.

P: A forma de ocupação das terras é a principal responsável pelos conflitos e problemas registrados na sua Prelazia e em outras regiões amazônicas?

D. Pedro: Pode-se dizer que sim. Em termos mais concretos o latifúndio capitalista, se a gente não esquece que ele já é efeito de uma causa maior: a sociedade capitalista. O mesmo latifúndio, que aliás, na história do Brasil e também da América Latina, nunca foi seriamente contestado, quando muito reformado e atualmente no Brasil vem sendo potenciado até o requinte, com os incentivos fiscais, participação das multinacionais, etc.

P: Até que ponto esses problemas de ocupação são continuação dos herdados da Colônia?

D. Pedro: Os problemas herdados da economia colonial, até certo ponto, são latifundiários: os grandes senhores, as grandes propriedades, as grandes possibilidades. Nesse sentido estão persistindo até hoje na Amazônia e até pioraram porque o peão, que seria o servo, o escravo de hoje não tem mais, junto a si, o calor paternalista do senhor colonial e há um tipo de anonimato que piora essa escravidão.

P: A violenta ação da CODEARA repete que acontece com os demais latifúndios, instalados ou em instalação na Amazônia?

D. Pedro: A CODEARA é realmente um exemplo, mas eu não acharia que ela fosse nem melhor, nem pior que as outras. Primeiro porque seu objetivo é o mesmo das grandes empresas. Certamente que ela teve umas características históricas por um lado, no trato aos peões: pistoleiros matando peões... A própria Polícia Federal fez uns levantamentos e apareceram na imprensa do País como sendo o maior caso de escravidão branca. Também o conflito da CODEARA com os posseiros e com a Igreja tiveram outras circunstâncias que pegaram assim de improviso, a repressão, a censura, sendo que os conflitos posteriores já encontraram a mesma repressão e censura bem mais alertadas. Assim, acho que a ação da CODEARA não é tão diferente da ação de muitos projetos agropecuários. Se poderia citar, por exemplo, a Fazenda Bradesco, no sul do Pará e a Suiá-Missu, na sua primeira época violenta de ação contra os índios Xavante, os posseiros e seus próprios peões. Por outra parte eu sei de várias fazendas que aprenderam um pouco na lição da CODEARA, o que, até certo ponto, pode-se dizer, e muito relativamente, foi uma vitória dos posseiros. Muito relativa, insisto.

P: O Senhor poderia citar alguns fatos que exemplifiquem e esclareçam o conflito Latifúndio-Posseiro na sua Prelazia?

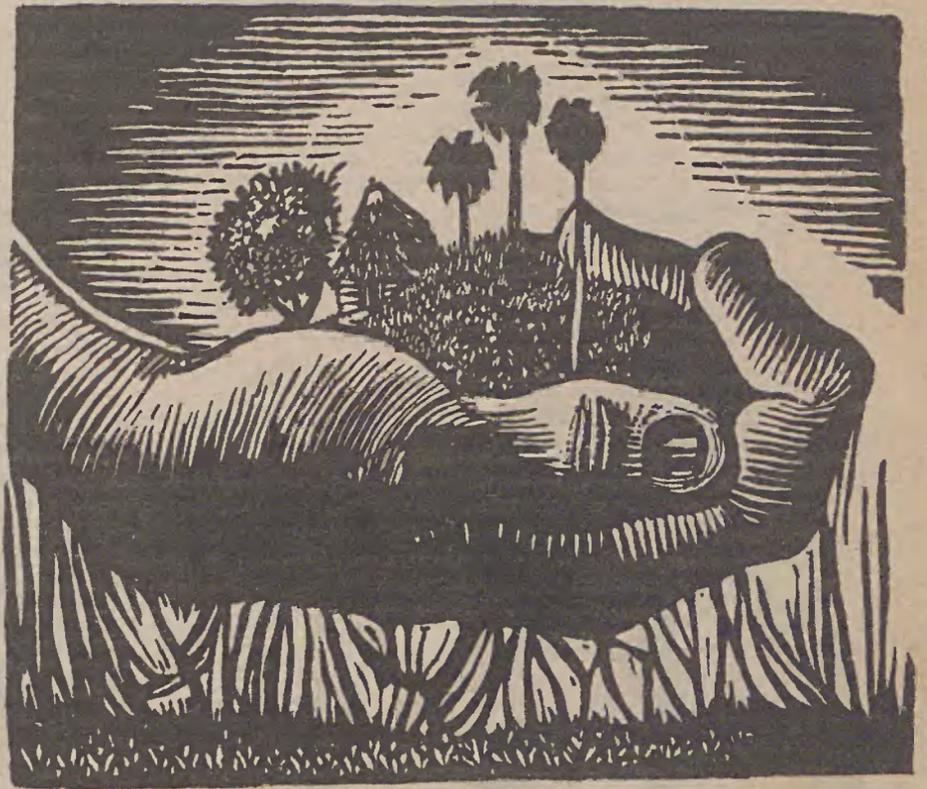
D. Pedro: Infelizmente poderia citar muitos, além da CODEARA em Santa Terezinha. O povoado de Porto Alegre, quase nas cabeceiras do rio Tapirapé, com o grupo Medeiros, fazendas Frenova, Piraguçu; o povoado de Serra Nova, na serra do Roncador, com a fazenda Bordon: seriam dados gerais significativos.

Agora, uma constante dessa ação violenta e conflitiva latifúndio-posseiro, seria a seguinte: o posseiro, normalmente, foi expulso pelo latifúndio do Nordeste onde vivia e chegou aqui, depois de sucessivas expulsões em vários lugares, à procura de terra e área devoluta, embora sem saber se era ou não. Terra devoluta seria uma mata virgem, sem benfeitorias. Entretanto, o latifúndio chega com um título de terra e a partir então desse direito de posse, por um lado e do direito de título, por outro, sendo que o regime reconhece no direito de título, um super-direito e no outro um infra-direito; então a fazenda ou empresa multinacional tem todas as possibilidades de reclamar, perante a polícia, que age, às vezes acompanhando os próprios capangas ou pistoleiros da fazenda, queimando as choupanas, os barracões, cortando as pequenas cercas dos posseiros, castrando seus animais e queimando suas roças.

Como conseguem facilmente um decreto de um juiz, um apoio das próprias autoridades estaduais e até, como tem acontecido na Prelazia, que o SNI e a Polícia Federal apareçam na área de conflito e qualifiquem este conflito puramente de terra como de subversão. Então, posseiros presos, espancados e quem estiver ao lado deles, presos, torturados, chamados de subversivo, criando um clima de terror.

P: Mas num dado momento esse próprio posseiro não é incentivado a se instalar num certo local para colonizar essa área?

D. Pedro: Para esclarecer: uma coisa é o colono e outra é o posseiro. Ainda em outros termos, uma coisa seria a colonização espontânea e outra seria a colonização programada ou oficial. Então o posseiro é o colono espontâneo, que nunca foi a essa regiões conflitivas de agora, com incentivos oficiais, senão por necessidade e como consequência de programas oficiais e oficiosos já implantados nas áreas de origem. Se se possibilitou e até canonizou o



latifúndio de cana no Nordeste, as vinte ou trinta famílias que teriam a possibilidade de viver na área daquele latifúndio, tiveram que partir para o Goiás e o Mato Grosso. Entretanto, aqueles que foram para a Transamazônica, vindos do Paraná e outras regiões, realmente iam incentivados por promessas de agrovilas, de assistência médica e escolar que quase nunca se concretizaram.

P: Como agem e quais as relações dos grileiros com o Latifúndio?

D. Pedro: Eu acho que seria sádico chamar, até que por descuido, o posseiro de grileiro. Grileiro é aquele que vive do negócio da terra, nunca um posseiro que procura uma área de sossego e um pedaço de chão para plantar. Por outra parte, duvido muito que em nossa região se poderia encontrar um posseiro que tivesse entrado numa área mais ou menos subrepticamente com a intenção de grilar. Realmente a honestidade deles tem sido o máximo, procurando sempre uma área que imaginavam devoluta. Para eles é uma maravilha, expressão típica que esses lavradores, na maioria nordestinos usaram, de, "terras gerais" ou "campos gerais" do Goiás e do Mato Grosso. Terras Gerais, então terra de ninguém, então terra dos pobres. Agora, os verdadeiros grileiros com frequência agem como "bandeirantes do latifúndio", no sentido de que às vezes são corretores de terras ou vigaristas que posteriormente entrarão em negócio com o latifúndio.

P: Para quem são dadas as melhores porções de terra? A Preferência esconde uma tendência de reforma agrária? Como age o INCRA na sua região?

D. Pedro: Quando muito eu diria que se trata de um reformismo agrário. Nunca entenderia como reforma agrária o intento de colocar simplesmente algumas cooperativas espalhadas nesse infinito mundo do Brasil, nem incentivos ao latifúndio nacional ou estrangeiro, nem algumas pequenas experiências de colonização patrocinadas pelo próprio INCRA. As melhores porções de terra continuam se dando para o latifúndio. Em todo o caso, se queremos falar de reforma agrária, eufemisticamente, a tendência seria para uma industrialização do campo, na qual seria absorvido não só o pequeno proprietário, como o simples posseiro, o próprio índio e digamos o peão, para virar uma mão-de-obra barata e posteriormente um simples bóia-fria. Funcionários do INCRA que têm aparecido na região têm-nos dito sempre que eles esta-

vam lá para defender a propriedade titulada. A "propriedade titulada", noutros termos, é o latifúndio. O próprio INCRA, como a opinião pública do País, reconhece, por ser uma autarquia subordinada ao ministério da Agricultura, e por isso mesmo aos muitos interesses maiores, mais poderosos, não tem possibilidades de atingir um programa de reforma agrária significativo. Quando muito, está se fazendo de amortecedor, às vezes de sacramentalista leigo, de dar a unção aos doentes, ao lavrador que está no fim. Salvar, por exemplo, uma indenização que nunca será justa, evitar um conflito explícito que talvez seria bem mais conscientizador do que os 2 ou 4 mil cruzeiros de indenização que apenas darão para que a família se tranfira para a cidade próxima com seus "trens". Gostaria de dizer no entanto, que tentávamos acreditar no INCRA, mesmo sabendo que um ministério, mais ainda, um organismo de um governo, de um sistema, são, em definitivo, o que o governo ou o sistema sejam. Mas realmente a experiência tem demonstrado que o INCRA, não tem possibilidade de agir a favor do homem da terra.

P: Com a solução do INCRA de aprovar o loteamento urbano de Santa Terezinha desmembrando uma área da CODEARA, o que ganharam os posseiros, o que perdeu a Companhia?

D. Pedro: Para mim, os posseiros ganharam uma certa consciência de vitória na teimosia, na união. Foi, penso, o grande lucro dos posseiros. Ganharam também certo sossego que eles vêm procurando e que somente eles podem entender. Quem mora na cidade, sobretudo quem ainda está estudando dificilmente poderá entender o que significa a palavra sossego. Entende-a muito bem um pai de família com oito ou dez filhos e que já foi tocado e expulso de quatro ou seis lugares. Para ele é a pequena propriedade, ou a propriedade mínima, a propriedade mergulhada no mal do latifúndio, cercada por ele e com muitas possibilidades de ser engolida no futuro por esse latifúndio. Agora, aquela, a CODEARA, evidentemente não perdeu nada. Eu pensei que poderia perder prestígio, perante os incentivos oficiais, perante a consciência pública. Parece que o escândalo que ela deu não foi suficiente para isso tudo. Ela continua incentivada.

NR.-No próximo nº, D. Pedro vai falar sobre a sorte do peão, do índio frente o latifúndio. Tem também nossa posição sobre o trabalho realizado na Prelazia.





INDÚSTRIA X AGRICULTURA

A partir de 1922, até por volta de 1937, o cenário político brasileiro é marcado por grande agitação social, várias rebeliões e a revolução de 1930. Algumas de suas causas podem ser encontradas na industrialização que teve impulso na década de 10 e que leva a economia brasileira a realizar um considerável esforço de substituição de importações. Soma-se a isso, a crise de 1929. Essas transformações econômicas vão dar origem a uma nova classe média, uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e um novo proletariado. Essas duas classes passam, então, a pressionar os antigos grupos dominantes (a burguesia agrária) para obter um lugar próprio na sociedade política.

A Revolução de 1930 representa um compromisso: a burguesia se estabiliza no poder, em associação com os latifundiários e se estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. A legislação trabalhista do Estado Novo, que ainda hoje é "aproveitada", concede alguns benefícios à classe operária, mas cria uma organização sindical rígida, que a subordina ao governo dentro de um modelo de tipo corporativista. É a liquidação da liberdade sindical e a criação do peleguismo.

Com pequenas modificações, o compromisso entre as classes no poder vai até 1945. Daí, o país é marcado por novo período de agudas lutas políticas, que conduzirão ao golpe de 64. Na raiz dessas lutas está o esforço da burguesia industrial para tomar o poder, rompendo as regras do jogo de 1937. Nesse período, com o crescimento constante do setor industrial, as contradições entre o

desenvolvimento da indústria e as atividades agrário-exportadoras, se acirram. Ao mesmo tempo em que se produz a cisão entre as classes dominantes (burguesia industrial e latifundiária), as pressões das massas em busca de novas conquistas sociais, rompem as barreiras que Vargas lhes impôs até 45 e que o governo forte de Dutra (45-50) havia mantido em pé.

Essa tendência ascendente do movimento de massas é estimulada pela burguesia industrial, que se apoia nela para quebrar a resistência dos grupos agrário-exportadores. Essa aliança se tornou possível porque, propondo um amplo programa de expansão econômica, essa burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida das classes operária e média urbana criando, assim, uma zona de interesses comuns. Através do manejo das direções sindicais e pelo impulso que deu às idéias nacionalistas, a burguesia controla ideologicamente as massas. E Vargas reflete essa correlação de forças: adota uma política progressista e nacionalista (criação da Petrobrás; lei limitando os lucros extraordinários, etc.). Seu ministro do trabalho, João Goulart, desenvolve ataques constantes contra as oligarquias dominantes e à exploração imperialista com a ameaça de uma "república sindicalista".

A reação da direita, representada sobretudo pela União Democrática Nacional, logo se fez aparecer. A UDN representa a alta finança e a grande indústria aliada ao capital estrangeiro.

Pressionado, Vargas retrocede e, entre outras medidas, promulga Lei de Segurança Nacional e a ampliação do acordo militar Brasil-EUA. Esse acordo significa um marco jurídico para a repressão popular, utilizado pelos militares em 64 e punha, definitivamente, as forças armadas brasileiras sob influência dos EUA. A reforma cambial de 53, uma espécie de política de conciliação, provoca o aumento das exportações e a redução das importações, o que equilibrou, provisoriamente, as dívidas externas do país.

Mas, com a queda do preço internacional do café e a redução do volume das exportações, em 54, a balança comercial entra em déficit e o país, em nova crise econômica. O aumento da inflação impele o movimento operário a reivindicar reajustes salariais, cantando, agora, os sindicatos, com o recurso efetivo da greve (cujo direito foi conquistado, de fato, na ocasião da grande greve dos metalúrgicos, vidreiros e gráficos em São Paulo, em 53). Intensifica-se a campanha da direita contra Vargas, cuja política de conciliação o isolou das massas e atraiu a oposição de suas forças organizadas, sobretudo dos comunistas.

Seu suicídio em 54, pode ser visto como o ponto crítico que atingiu a correlação de forças na sociedade. Ao mesmo tempo em que suas medidas atraíram a oposição das esquerdas, aumentava a pressão dos grupos que representavam o capital norte-americano e que necessitavam de um governo forte. Foi o primeiro (e o mais forte) sinal da impossibilidade de uma política de conciliação entre classes e interesses antagônicos.

A CRISE AUMENTA

A década de 50 caracterizou-se, sobretudo, pela agudização da contradição entre a indústria e o setor agrário-exportador. Enquanto aquela se empenhava em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agrário-exportador, cujos lucros ficam assim reduzidos, esse setor já não pode oferecer à indústria as dívidas que lhe proporcionava em outros tempos.

A crise no setor externo expressava, portanto, a ruptura da complementariedade que havia caracterizado as relações entre os dois setores. As lutas políticas de 54 refletiram essa situação.

Depois da morte de Vargas, Café Filho tenta prosseguir com esse compromisso. Mas desenvolve uma política favorável à colaboração com o capital externo e contrária a todo programa intensivo de industrialização. A burguesia industrial, sem divisas, aceitava o fornecimento de capital externo, necessário à superação da crise. Durante o período do governo de Juscelino Kubitschek, o total das inversões externas atingiu cerca de dois milhões e quinhentos mil dólares, o que indica uma força considerável da posição dos grupos estrangeiros na economia nacional e da UDN que, apesar de não estar ainda no poder (JK foi eleito por uma coalizão Partido Social Democrata/Partido Trabalhista Brasileiro), representava esses interesses. Graças a isso, o governo JK representa uma trégua entre a indústria e a agricultura.

Por outro lado, o atraso da produção no campo em relação à cidade, provoca uma rigidez da oferta de bens agrícolas frente à uma demanda crescente. Nessa época, dizia o vice-presidente João Goulart: "As causas do atraso relativo da agricultura, de sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais estão na deficiente estrutura agrária do país. O traço característico dessa estrutura arcaica e superada, que está em conflito perigoso com as necessidades sociais e materiais da população, é a absurda e anti-econômica distribuição de terras." Mais da metade das terras estava nas mãos de 26% dos proprietários e, em 10% destas, 75% da população ativa rural estava em condições de improdutividade quase total. A maioria dos camponeses achava-se em condições de subemprego e miséria, permitindo que, através do aluguel de terra, uma minoria de senhores se apropriasse de toda a riqueza produzida no setor agrícola. Isso se constituía, também, num obstáculo à ampliação do mercado interno para os produtos industriais.

Apesar das inversões externas na indústria minimizarem o divórcio crescente entre os interesses dos dois grupos, a oposição entre a indústria e a agricultura, para o mercado interno, agravava essa contradição. A reforma agrária se fazia urgente. Além disso, qualquer inovação introduzida no trabalho agrícola, produzida pela indústria, não melhora a situação real do camponês. Ao contrário, é fonte de desemprego que o força a fugir para a cidade. Na segunda metade da década de 50, agudizam-se as lutas no campo pela posse da terra. Em 58, surge, em Pernambuco, a primeira Liga Camponesa, sob a liderança de Francisco Julião. O movimento se amplia: do nordeste, chega ao sul, sobretudo Minas Gerais. Em 63, já existem 218 ligas espalhadas por 20 estados. A palavra de ordem é a luta pela reforma agrária, o que influir, decisivamente, sobre o movimento de massas na cidade.

Suprindo, constantemente, com seus excedentes, o mercado urbano de trabalho, a estrutura agrária contribuía para que o nível dos salários se mantivesse estacionário ao mesmo tempo em que, pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas, forçava a elevação do custo de vida. Isso afetava, também a classe média urbana.

A partir de 59, crescem os movimentos da classe operária, que passa a pressionar o governo para deter a queda do poder de compra dos salários. Os sindicatos então, passaram a buscar fórmulas para superar os obstáculos de sua ação comum. Na impossibilidade imediata de formar uma direção única, que organizasse suas forças, formam os "pactos de ação conjunta". Esses pactos surgem principalmente, nas empresas estatais e para-estatais, como a Petrobrás, ferrovias e portos, cuja importância econômica e estratégica lhes proporcionava maior poder de discussão. A chamada "greve da paridade" que reuniu, no Rio de Janeiro, em fins de 60, os portuários, estivadores e marítimos, com o apoio de outras categorias, foi uma demonstração de que o governo não conseguiu deter através do manejo dos pelegos a serviço do Ministério do Trabalho.

À tentativa das classes empresariais de responder à pressão sindical com novos aumentos de preços (o custo de vida sobe de 24% em 60 para 81% em 63), a classe operária contesta com a obtenção de reajustes salariais. O salário mínimo que, de 55 a 60 permanecia estável em cada 25 meses, em média, passa a reajustar-se todos os anos depois de 61, e até 6 meses a partir de 63. A aceleração da inflação, que indica uma luta entre os preços e os salários, não serve como meio de acumulação de capital pela burguesia. Era impossível continuar financiando a indústria através de poupanças forçadas, quando se tinha o nível de vida popular comprimido ao máximo e um movimento sindical cada vez mais em melhores condi-

ções de se defender. A taxa de inflação saltava de 25% em 60 a 37% em 61, a 51% em 62 e a 73% em 63. E, de um mecanismo de distribuição de renda em favor das classes dominantes, o processo inflacionário se converte numa luta entre todas as classes pela própria sobrevivência.

A década de 60 marca a agudização das contradições não somente do ponto de vista das relações externas, mas também, do das oposições que se haviam desenvolvido no interior da sociedade. De 61 a 64, o país assistiu a três tentativas para implantar-se um governo forte, que se baseavam em diferentes coalizões de classe e que refletiram, em última análise, a correlação real de forças na sociedade.

JÂNIO, GOULART E CASTELO BRANCO

A vitória de Jânio para a presidência, nas eleições de outubro de 60, tem um significado importante para a compreensão do atual momento. Ele foi eleito com os votos dos grupos mais ricos e reacionários do país e, ao mesmo tempo, das camadas mais pobres. Recebeu apoio não somente do capital financeiro, mais ligado ao imperialismo, mas também da maior parte do proletariado. E também do PSD, que representava as classes conservadoras, a burguesia agrária e certos setores da indústria tradicional, não ligada ao capital norte-americano. Portanto, agradava a gregos e troianos. Candidato da direita mas tido como progressista em grau suficiente para obter a adesão das massas, graças aos temas: "estabilidade monetária", "reformas estruturais", "política externa independente", e outros. Representava, de certa maneira, uma segurança para as classes dominantes pois tinha chances de conter os movimentos de massas. Mas logo sua política ambígua (procurava manter relações com países socialistas o que não oferecia segurança à dominação norte-americana) mostrou sua inoperância. Agrava ainda mais a situação econômica e a luta de classes.

Com sua renúncia, a UDN tenta dar uma cartada definitiva para assumir o poder, impedindo a posse legal de João Goulart. Mas este assume e, sua força no movimento sindical, leva a burguesia a utilizá-lo em seu intento de constituir um governo forte, capaz de atacar os dois fatores dominantes da crise econômica: o setor externo e a questão agrária. No seu governo, surge um organismo novo que teria grande repercussão no equilíbrio das forças políticas: o Comando Geral dos Trabalhadores, que representava a unificação da cúpula sindical.

Apoiado pela facção militar progressista e pelo CGT, Jango desenvolveu a campanha presidencialista de 62. Surgiu assim, no panorama político, uma forma de frente popular que se converteu, em seguida, em uma orientação estratégica do Partido Comunista Brasileiro. Tendo como finalidade a obtenção de "reformas de base", esse amplo movimento, através da mobilização militar e de duas greves gerais (5 de julho e 14 de setembro de 62) dobrou a resistência dos setores reacionários e, no plebiscito de 6 de janeiro, o povo votou pela volta ao presidencialismo. (A constituição havia sido alterada e implantado o regime parlamentarista, que restringe os poderes do presidente). Parecia que venceria a tese do PCB de um governo da burguesia industrial apoiado pela classe operária.

O governo deveria vencer a crise econômica. Mas, já em 63, fracassa o Plano Trienal de Desenvolvimento de Jango. A contradição se encontrava à base do governo. Nascido de um movimento popular, tinha por missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias de rentabilidade das inversões. A longo prazo, isso significaria ampliar o mercado interno através da

reforma agrária que, enquanto não desse resultados, se compensaria com a ampliação do mercado externo. A curta prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento das classes assalariadas. Contradição: um governo popular reprimindo as reivindicações das massas. Quando, após protesto dos grupos independentes das esquerdas e dos sindicatos, o PCB se viu forçado a condenar o Plano Trienal, mostrou-se a impossibilidade de sua "frente única" operário-burguesa. Outro fator contribuía para dificultar esse tipo de aliança.

A ascensão do movimento das massas, desde o fim do governo JK, havia refletido muito no plano político. O movimento da esquerda que se dividia, até 60, entre o PCB e a ala esquerda do nacionalismo, sofreu vários fracionamentos após 61. Em janeiro de 61 surge uma organização revolucionária marxista — POLOP — propondo restabelecer o caráter revolucionário do marxismo-leninismo do qual o PCB se distanciara. Em 62, a ala mais radical do PCB cede, formando o Partido Comunista do Brasil. No mesmo ano, Francisco Julião forma o Movimento Radical Tiradentes, mas, sem força, se divide já em outubro. Surge, depois, a Ação Popular, iniciativa dos católicos de esquerda. Essa proliferação se completa com as correntes que se formam ao redor de líderes populares, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, governador de Pernambuco. Na Guanabara, reúne-se, ainda, os vários organismos de massas, como o CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas e a Associação dos Marinheiros. Nesse parlamento das esquerdas, o setor radical se opõe, com uma força cada vez maior à ala reformista encabeçada pelo PCB.

Protestando contra a reforma agrária, os latifundiários armam suas milícias. Na cidade, o Grupo de Ação Patriótica, as Milícias Anti-Comunistas e a Patrulha Auxiliar Brasileira, começam a tomar força. Acima de tudo isso, a intervenção norte-americana. Essa mobilização das classes dominantes mostrava que o esquema burguês-popular de Jango era impraticável. Além disso, a campanha desenvolvida pela direita, justificando a alta do custo de vida pelo perigo comunista, leva alguns setores da classe média a se voltar contra o governo.

Como todo o apoio de Jango estava nos sindicatos, este tenta voltar-se para as esquerdas, decretando medidas de caráter popular: limitação dos aluguéis urbanos, nacionalização das refinarias privadas de petróleo, distribuição de terras. Mas, quando a rebelião dos marinheiros e sua confraternização com os trabalhadores, no Rio, rompe a disciplina militar, a direita teve motivos de sobra para apelar às Forças Armadas. Confiando que seu triunfo dependia da superioridade que tivesse em termos militares, Jango não havia criado as condições efetivas para uma insurreição popular. O comportamento da maioria da esquerda, sobretudo do PCB, com sua teoria da revolução pacífica, tivera o mesmo efeito, desarmando as massas. Em 2 de abril, alegando não querer derramar sangue, Jango deixava o país.

AS FORÇAS ARMADAS

O apoio que os militares receberam da pequena-burguesia é sinal evidente que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime que receberam das classes dominantes. A cisão das classes médias indicava que as tensões sociais haviam chegado a um ponto crítico. Com força crescente, tais tensões opunham às classes dominantes, o proletariado, as camadas radicais da pequena-burguesia urbana e os camponeses. Por outro lado, a mudança que se efetuava no interior da classe burguesa, com o aumento do setor vinculado ao capital externo, tornava cada vez mais possível o ajuste entre os grupos dominantes.

Por isso, a primeira fase do governo militar foi marcada pela repressão ao movimento de massas; intervenção nos sindicatos, perseguição aos líderes operários e camponeses, supressão dos mandatos e direitos políticos, a prisão e a tortura. Sua política econômica visava a contenção dos salários e, em linhas gerais, queria criar uma oferta de mão-de-obra abundante, baixando assim seu preço e, racionalizar a economia, liquidando a competição que gerou, em certos setores, a expansão da indústria. Favoreceu, assim, a concentração do capital em mãos de grupos mais poderosos, beneficiando, sobretudo, os estrangeiros. O aumento dos preços, em 64, foi de 87%. Sucederam-se as falências de várias empresas elevando-se o número de desempregados: somente em São Paulo, 80 mil operários ficaram sem trabalho nos 4 primeiros meses do ano, sendo de mil a média diária em todo o país. A balança de pagamentos apresentou um déficit global de 290 mil dólares.

Mas não só a situação econômica tem importância nos acontecimentos que levaram ao golpe. É preciso entender também o caráter estrangeiro do regime militar implantado: a influência norte-americana tanto nos organismos civis como na linha predominante no seio das Forças Armadas. Entre elas, não existia uma unidade ideológica. A favor de Jango havia até mesmo alguns almirantes, mas eram exceções. No Exército, os oficiais provinham, quase todos, da classe média. Nele havia comunistas, nacionalistas e até alguns populistas. Mas, em 64, essas forças não se encontravam, na ocasião, por força de um esquema mal armado, nos postos-chaves de comando. E, o Exército rompe, então, sua tradição civilista e mesmo legalista, derrubando o Presidente, tomando o poder e ficando com ele. Isso porque, com a série de transformações que foram ocorrendo no país, o Exército passou a se interessar mais pelo estudo dos problemas internos, sobretudo da segurança nacional.

A segurança nacional que era, antes de tudo, a segurança da pátria contra um possível inimigo externo, passou, nos últimos anos, principalmente depois que militares norte-americanos começaram a fazer conferências na Escola Superior de Guerra, a se referir, sobretudo, a um inimigo interno: uma possível sublevação de camponeses e operários, visando a mudança do regime. Assim, todo o ensino militar se refere, praticamente, à luta contra a guerrilha e agitações de rua. Isso criou a necessidade do fortalecimento do poder central, uma militarização de todo o país. Uma necessidade, também, para a atuação segura do imperialismo. Na realidade, a segurança nacional, em um país subdesenvolvido, significa apenas a segurança de um grupo no poder e nunca a segurança da nação. É apenas a segurança de uma classe. Isso levava em conta, ainda, nossa filiação à "civilização ocidental e cristã", ou seja, os Estados Unidos. Havia ainda, no Exército, um grupo que foi denominado "linha dura", que somente cresceu e apareceu depois do golpe. Eram oficiais nacionalistas não-comunistas e que, posteriormente, se transformaram em ferozes anticomunistas.

E, assim, o Exército deixava de ser o "sustentáculo da Constituição e da Ordem", de tal modo que até mesmo alguns generais que se inclinavam a favor de Jango, na hora decisiva, o abandonaram. E, nem Jango, nem as esquerdas, estavam politicamente organizados para aproveitar esse dispositivo militar e impedir o golpe. O resultado foi a militarização total do país; a abertura definitiva da economia para o setor externo (aumentando a dependência e a vulnerabilidade às crises internacionais) permitindo a hegemonia das empresas multinacionais, contratos de risco e outras medidas; a feroz exploração do trabalhador e sua total subordinação ao governo; o cerceamento das liberdades de expressão e organização...

A partir do golpe de 64, o Brasil, que já tinha adotando a política econômica de substituição de importações desde a década de 50, tem este processo acelerado. A implantação aqui das chamadas indústrias de base, e a conseqüente infra-estrutura necessária para ela — transportes, energia elétrica etc., exigia a mobilização de tal capital, que só a burguesia poderia fazê-lo. Isso provocou o desenvolvimento das grandes indústrias, supermercados, etc. em detrimento dos pequenos estabelecimentos, dos profissionais liberais; em outras palavras, isso veio fortalecer a burguesia em detrimento da pequena-burguesia, tirando desta o meio usado para ascender socialmente. Esse desenvolvimento gera a necessidade de pessoal técnico especializado, de grandes contingentes de profissionais de nível médio e superior.

A pequena-burguesia, tendo restringida sua ascensão através de investimentos em pequenas empresas, passará daí para frente a buscar esta ascensão através de um outro meio: a educação. Ela tenta, nessa fase, ascender através das "hierarquias ocupacionais", e, para isso, objetiva um grau cada vez mais alto de escolarização — para promoção dentro das hierarquias o diploma é muito importante.

Nesse período pós-64, aumenta também o número de excedentes nas faculdades, fomentando, deste modo, a insatisfação da pequena-burguesia. Esta classe que apoiou o movimento de 64, se vê agora "traída" por ele. As medidas tomadas após o golpe, tanto no plano econômico quanto no da educação, vieram prejudicá-la. Isso a levou, em 68, a contestar a política educacional — que a atinge mais diretamente — sem tocar a verdadeira causa, qual seja: a política econômica. A contestação à política econômica é feita, nessa época, pela classe operária, através das greves e manifestações. Poderíamos pensar o seguinte: se era necessário pessoal técnico especializado não "custava" nada ao Estado aumentar o número de vagas, satisfazendo assim a pequena-burguesia. Mas, o aumento de vagas, além de aumentar a despesa pública, ainda acarretaria um aumento de contingente profissional demandando emprego, e, ambos comprometeriam a política de concentração de capital.

Como vemos, ao Estado, interessado em elevar as taxas de lucro, "custava" muito satisfazer as aspirações desta classe. A Reforma Universitária é dada como forma de amainar os ânimos da pequena-burguesia: são atos, decretos, comissões, leis, que o governo institue com esta função, daí seu caráter.

Iniciada após as manifestações de 68, juntamente com a sua contenção, a Reforma partia de dois pontos principais: reprimir e economizar; pontos estes que a orientam. Como "cartão de visita" da repressão foi promulgado a 26/2/69 o Decreto-lei 477, por recomendação do Relatório Meira Mattos. O 477 constitui um instrumento de força que permite às autoridades educacionais desligar a seu bel-prazer, baseadas num conceito principal de múltiplas interpretações — subversão — estudantes, funcionários e professores assim envolvidos.

O objetivo da Reforma é acabar com toda e qualquer participação política que o estudante tenha ou possa vir a ter. Para isso tenta liquidar as organizações independentes dos estudantes como é o caso dos C.A.s DCEs etc. propõe em troca entidades ligadas à burocracia universitária como forma de manter o Movimento Estudantil sob controle. Os estudantes atingidos pelo 477 não podem, no período de 3 anos, se matricular em qualquer escola de nível superior do país. Os funcionários e professores demitidos, por cinco anos ficam impossibilitados de trabalhar no ensino superior. O 477 é o meio utilizado pelo governo para garantir a implantação da Reforma. Seguindo

a diretriz do GTRU (Grupo de Trabalho p/ Reforma Universitária): "... é preciso encontrar uma maneira de expandir o sistema, com um mínimo de custo", a Reforma Universitária propõe várias modificações na estrutura universitária. Dentre essas modificações as principais são: a implantação dos cursos básico, redução da duração do curso de graduação, a unificação do vestibular, entre outras. **Curso Básico** — implantado sob a alegação de suprir o falho ensino colegial, servir como educação geral etc. o curso básico constitui um novo vestibular dentro da Universidade. Terminado o básico, os alunos passarão aos cursos específicos de acordo com 3 critérios: escolha individual, disponibilidade de vagas e classificação. **Redução da duração da graduação** — foram instituídos alguns cursos correspondentes a uma parcela da habilitação, solucionando vários problemas: formação de pessoal especializado, menor gasto, atendimento da demanda de vagas. Segundo o relatório Meira Mattos só os "mais capacitados" devem ir além destes cursos menores. **Vestibular Unificado e por Classificação** — deste modo, preenchem-se as vagas nas escolas menos procuradas e faz-se uma Seleção, sobretudo econômica, visto que, entram nas melhores escolas os que frequentaram melhores colégios, cursinhos, etc. A Reforma Universitária foi precedida por

nhada" do poder de transformação e decisão sobre a Educação brasileira —, previam um novo modelo de universidade para o Brasil. Inspirados que foram no Plano Atcon, deram vazão aos anseios da política americana para a América Latina, através da dominação cultural, procurando "desenvolver uma filosofia educacional para o continente". O acordo previa a formação de uma comissão mista com 5 educadores brasileiros (que, na realidade, foram apenas 2) e 5 americanos. Na verdade os dois brasileiros serviam apenas como colaboradores do "consultor internacional" fornecido pela USAID. Esta equipe, isto é, os educadores americanos auxiliados pelos brasileiros, deveria elaborar um sistema ideal (ideal para quem?) de ensino superior no Brasil. Basicamente, o que vemos por trás disso tudo é a pretensão (agora tornada realidade, vide as últimas medidas tomadas pelo MEC: implantação do ensino médio profissionalizante, créditos educativos, etc.) de implantar aqui a educação técnica, nos moldes americanos; e o sistema de Fundações, tal qual nos EUA em substituição ao usado no Brasil, escolas a cargo do serviço público. As reuniões mec-usaidianas tinham um caráter extremamente sigiloso, fato que causou estranheza (e até curiosidade) nos mais diretos interessados, os estudantes. Utilizar as experiências feitas em outros países não é a ques-

tabilmente "arrastada por uma minoria esquerdista", que não representa as "autênticas aspirações estudantis", e assim se vê "envolvida e comprometida em conflitos ideológicos e políticos", propõe a criação de lideranças "democráticas" através de cursos, formando líderes em dois níveis. A iniciativa privada, interessada na formação de lideranças profissionais, desvinculadas da Esquerda, poderia com seus recursos e através do MUDES (Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social) apoiar estes programas nos Estados e Municípios. (1) Os estudantes devem se organizar em DAs, DCEs, vinculados ao governo (que segundo o próprio relatório representam "um instrumento útil ao regime"), e as diretorias dessas entidades devem ser ocupadas pelos líderes formados. Acima dos DCEs, só é permitido um organismo colegiado de composição efêmera, a Conferência Nacional do Estudante Universitário, com a participação apenas dos presidentes dos DCEs, e um representante de cada 10 DAs das escolas isoladas. Esse modelo, que foi adotado pela reforma, sugere como meio para garantir a sua implantação, o uso da repressão — eis aí as raízes do 477.

LEI SUPPLY DE LACERDA — "A UNE (União Nacional dos Estudantes) é dos estudantes e os estudantes são moços. Ora, os moços são 'do contra'. Logo, os moços são subversivos". (Supply de Lacerda). A lei Supply, de 9/11/64, instaurou os DAs, DCEs (oficiais) e o DNE, (Diretório Nacional dos Estudantes) todos ligados ao MEC, suprimindo as entidades livres dos estudantes, representadas pelos CAs, DCEs (livres), UEEs e a UNE, tentando tirar sua força política, com a regulamentação de órgãos como DNE, que "somente poderá se reunir nas férias para tratar de assuntos técnicos". E nem isso o regime foi capaz de suportar, porque logo depois, em 28/2/67 o decreto-lei nº 228 que revoga esta lei, retira dela o DNE proposto.

A VISITA DE Mr. FULLBRIGHT — Educador americano, ex-ministro das Relações Exteriores dos EUA, William Fullbright é fundador da Comissão que veio ao Brasil (no início deste ano) com a finalidade de "promover um entendimento entre os povos dos dois países através do intercâmbio educacional, visando a fortalecer os laços internacionais." Vemos, pois, a tentativa dos americanos de consolidar a dominação cultural, que vinha sendo tentada através dos acordos: Plano Atcon, MEC-USAID, etc.

A participação dos americanos no golpe de 64 (veja 1964, pg. 8) a colocação no poder de um regime militar que os deixasse em posição segura, garantiu-lhes a dominação política e a posterior dominação econômica. O que temos aqui, principalmente após 64, é a entrada cada vez maior do capital estrangeiro, a invasão brutal das firmas multinacionais (americanas, principalmente). Para os mil brasileiros, que até fins de 1974, foram aos EUA, através da Comissão Fulbright, "para treinamento, principalmente de natureza acadêmica", vieram, até esta data, 400 americanos "em missão de estudo, pesquisa e ensino". Pode-se comparar, a relação Brasil-EUA com a mesma que havia entre Brasil-Portugal na época da colônia.

Os estudantes saíam daqui, iam para a Metrópole (Portugal) cursar a escola superior, e, quando voltavam difundiam aqui a ideologia adquirida. Visto que, todo processo educacional encerra uma ideologia, a importação desta ideologia — muito mais do que tudo que nós já temos importado —, mais do que condicionar, determina o futuro do país.

(1) De 11 a 15 de fevereiro realizou-se, no RGS, o I Seminário Universitário de Estudos sobre Liderança, e já está programado um para julho; estes cursos têm seus diplomas reconhecidos pela Secretaria de Educação e Cultura.



uma série de planos, acordos alguns dos quais estão expostos abaixo.

PLANO ATCON — É parte da política norte-americana para a América Latina, defendida por Rudolph P. Atcon, encampada em 1963, pela USAID (United States Agency for International Development). Atcon acreditava que para "o desenvolvimento sócio-econômico da América Latina a educação superior era o ponto de partida". Portanto, era dever dos EUA, uma potência mundial, "interferir nesta instituição social denominada Universidade" dos países latino-americanos. O Plano Atcon propõe entre outras coisas para a Reforma Universitária: transformação da universidade estatal em privada; e iluminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial (acabar com as entidades estudantis); colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante o período de 10 anos; divisão — pelo estudante e pela Universidade — do custo real do mesmo; bolsas adicionais para compensar o desaparecimento de uma educação superior gratuita.

CONVÊNIO MEC-USAID — Os acordos assinados pelo MEC com a USAID — maior exemplo da entrega "desavergo-

ção que se coloca, ao contrário, elas devem ser aproveitadas. O que é sintomático é que o único modelo tomado tenha sido os EUA, potência imperialista, que já possui o comando das iniciativas nos planos da Economia e da Política na maioria dos países latino-americanos.

RELATÓRIO MEIRA MATTOS — O relatório, que serviu de base na elaboração da Reforma Universitária, propõe como única solução possível para a institucionalização do ensino pago — porque "sempre que possível o poder público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigindo o posterior reembolso..." (veja Cred-Educativos, pg. 11) —, a transformação gradual da universidade em Fundações. Continuando a discorrer quanto às realizações necessárias para a implantação da Reforma, Meira Mattos recomenda a redução da duração do curso de graduação para atender a demanda do mercado de trabalho. E só os "mais capacitados" deverão ingressar nas faixas de pós-graduação. Mas a preocupação fundamental do general Carlos de Meira Mattos, da Escola Superior de Guerra, é referente à representação estudantil. Partindo do pressuposto de que "a maioria dos estudantes, que não é esquerdista" é



Desta vez parece que deu-se um passo maior no processo de implantação do ensino pago nas Universidades públicas. Usando do artifício do Crédito Educativo, as autoridades educacionais parece que resolveram vestir o lobo com pele de cordeiro e se infiltrar no rebanho não muito dócil. No dia 22 de novembro de 1975, o Ministro Ney Braga, da Educação, anunciou em uma cadeia de rádio e televisão o início da implantação do Programa Nacional de Crédito Educativo, para financiar os estudos dos universitários menos privilegiados. Como veremos mais adiante, a idéia da implantação das bolsas reembolsáveis não surgiu agora, está, de há muito, na cabeça das autoridades educacionais.

Os tempos de Passarinho

Este mesmo sistema: **estude agora — pague depois**, já foi anunciado pelo ex-Ministro da Educação Jarbas Passarinho, em 1973, depois de ter feito várias propostas frustradas, que vão desde **estudou-pagou**, até a complicados mecanismos baseados em alíquotas do Imposto de Renda. Dizia esse ministro: "A Universidade brasileira enfrenta grandes problemas decorrentes da falta de verbas (...) Por que dispensar os recursos que poderíamos recolher daqueles que realmente podem pagar (...) se podem ser utilizados para financiar os estudos dos mais humildes? Esta seria mesmo uma forma de redistribuir renda na Universidade, tirando do rico para ajudar o pobre, e, ao mesmo tempo, contribuindo para sanar as dificuldades da Universidade".

A criação desse mito da distribuição da renda através da Educação, isto é, primeiro as pessoas têm que estudar para depois receberem a sua fatia do bolo crescido, é apenas uma forma encontrada para se desviar a atenção da apropriação altamente desigual daquilo que é produzido, que pode tornar-se fator de pressão contra o governo, na medida em que aumenta o descontentamento da população. Mas, como a desigualdade social não tem origem na Universidade e sim é inerente ao sistema capitalista de produção, podemos dizer que a implantação do ensino pago, longe de promover uma democratização do ensino, apenas contribui para diminuir as possibilidades das classes mais baixas de terem acesso à universidade. Também a falta de verbas para as escolas públicas não justifica uma eliminação da gratuidade do ensino. A verdade é que, dentro de um sistema econômico que visa primordialmente o lucro das grandes empresas nacionais e estrangeiras e não o bem-estar da população, a Educação, como os demais setores da política social do governo, tais como Saúde e Habitação popular, tornam-se objeto de lucro. Os dados numéricos estão aí para comprovar isso: o ensino superior público, teve diminuída sua participação total de vagas em relação ao ensino particular;

de 57,2% em 1966, passou para 49,0% em 1970. Também a verba destinada à educação, vem gradativamente diminuindo; passou de 7,70% em 1968, para 4,70% em 1976.

"Quem quiser estudar levante a mão"

Durante este ano foi finalmente implantado o Programa de Crédito Educativo, primeiramente nas regiões norte, nordeste, e centro-oeste. O Programa, como o próprio nome diz, constitui um empréstimo aos estudantes que não podem pagar seus estudos, através de bolsas reembolsáveis. Estas bolsas podem ser de dois tipos: **bolsas-manutenção** (um salário mínimo) para os estudantes das escolas gratuitas; e **bolsas-anuidade**, cujo valor é o da anuidade da escola que o aluno frequenta. O aluno começa a pagá-lo um ano após a sua formatura.

No seu lançamento dizia o Ministro Ney Braga: "... nada será retirado dos estudantes, porque o Programa não suspende ou ameaça a gratuidade do ensino nas escolas oficiais". Mas vejamos só como o lobo às vezes esquece o seu disfarce. Em julho do ano passado o próprio ministro afirmava: "Não podemos falar de ensino pago enquanto não implantarmos as bolsas reembolsáveis". O que não foi esclarecido até agora, é o que acontecerá com as bolsas gratuitas, mas segundo o acessor de Ney Braga no Ministério da Educação, professor Armando Dias Mendes, elas serão extintas.

Como funciona o "CREDIÁRIO"

Quando foi lançado o Programa de Crédito Educativo, tornado público pelo Conselho Monetário Nacional, através da Resolução número 356, de 12 de janeiro deste ano, não faltou o alarde em torno do pagamento em "suaves prestações" no melhor estilo da sociedade de consumo. A propaganda oficial anunciava o pagamento do empréstimo com **juros de 15% ao ano sem correção monetária**. Acontece que, o governo abriu o Programa à participação dos Bancos particulares (regulamentada pela circular número 286, de 14 de janeiro deste ano, baixada pelo Banco Central do Brasil), que exigem a cobrança de **juros compostos** sobre qualquer financiamento (obriga o pagamento de juros sobre o empréstimo e sobre os juros que esse empréstimo vai rendendo a cada mês, ou seja, **juros sobre juros**), ao invés de juros simples (é adicionada ao montante da dívida, no instante em que o mutuário começa a pagá-la, uma taxa equivalente à desvalorização da moeda ou à correção monetária). Isto significa que o estudante pagará para cada **Cr\$ 1.000,00** emprestados por 4 anos, a quantia de **Cr\$ 557,58** de juros. O pagamento da dívida, calculado de acordo com a Tabela Price (cálculo que inclui a cobrança de juros durante a amortização da dívida, ou seja, no período em

se está saldando a dívida) será feito em prestações mensais de **Cr\$ 43,34**, elevando o montante da dívida para **Cr\$ 2.080,65**, o que representam juros de 108% sobre o valor emprestado. (Veja na tabela a diferença do total da dívida pelo sistema de juros simples e pelo de juros compostos.)

Usando os valores constantes na tabela, pode-se fazer os cálculos para outros valores. Suponhamos que um estudante, cujo curso tenha **4 anos** e a anuidade seja de **Cr\$ 7.000,00**, faça o empréstimo. O total deste será **Cr\$ 28.000,00**. O início do pagamento da dívida se dará após **5 anos (4 anos de curso e 1 de carência)**, sendo que nesse período os juros serão de **15% capitalizáveis mensalmente** (juros sobre juros), o que dará um total de **Cr\$ 15.612,24 (56% do financiamento concedido)**. O total do saldo será então **Cr\$ 43.612,24**, dívida que será paga após o primeiro ano da formatura do estudante (carência), em **48 prestações mensais** (prazo igual ao da utilização — 4 anos x 12 meses). Como no período de pagamento da dívida também são cobrados juros, haverá um acréscimo de **Cr\$ 14.645,96** de encargos aos juros já contabilizados, o que representa um total de **Cr\$ 30.258,20** de encargos ou seja, 108% do financiamento (21,6% ao ano). O total da dívida será portanto, de **Cr\$ 58.258,20** pagos em 48 prestações mensais de **Cr\$ 1.213,52**. Este sistema pode ser comprado a o do BNH, onde os compradores nunca conseguem saldar sua dívida. Isto sem contar o aumento das anuidades a cada ano, cujo índice é de **35%** (no caso das bolsas anuidade) o que significa que o estudante teria que pagar pelo curso **Cr\$ 46.429,50** e não **Cr\$ 28.000,00**.(1)

Qual o interesse dos Bancos?

Sabe-se que nos financiamentos em geral os Bancos cobram juros de 40% ao ano.

Qual seria então o seu interesse em participar de um Programa que lhe renderá menores juros? Alguma coisa obviamente existe por trás disso, pois os Bancos não são dados a atividades filantrópicas. Mesmo que aparentemente não pareça, o mar está prá peixe, ou melhor, prá lucros extras. Os Bancos que participarem dos financiamentos contarão com verbas do MEC, e ao que tudo indica poderão operar com recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Este ponto não está ainda muito claro, pois de acordo com a resolução do MEC, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil operam como agentes financiadores, mas na realidade o que acontece é que a Caixa libera os formulários aprovados aos estudantes que se encaminham a bancos particulares para obter o financiamento.

Sabe-se também que os Bancos estão autorizados a operarem com os depósitos compulsórios, que é um capital depositado pelos Bancos particulares no Banco Central e que não pode ser utilizado para as operações bancárias normais. Dessa maneira, os Bancos podem contar com lucros extras, operando com um dinheiro antes morto para eles. O MEC, porém, não receberá remuneração pela participação no investimento, pois segundo a resolução 356 do Banco Central, os juros serão de 15%, "dos quais 12%

constituirão a remuneração efetiva dos agentes financeiros e 3% serão destinados à constituição de um fundo de risco", ao qual os Bancos podem recorrer caso o estudante não pague a sua dívida. (2) Mas isto não vai fazer com que diminua a participação das verbas do MEC no Programa, pelo contrário, aumentará: no 1º ano será de mais de 10%; no 2º, de quase 20%; no 3º, 23% e no 4º, 200% dos recursos totais. Isto significa que os Bancos terão lucros sobre uma verba pública, e as já minguadas verbas do MEC, para as escolas públicas, serão em parte desviadas para as escolas particulares e através das bolsas-anuidade. Por sua vez, o fornecimento desse tipo de bolsa é vantajoso para as escolas particulares, na medida em que evitará atraso de pagamento, pois este será depositado diretamente na sua conta, sem passar pelas mãos do aluno

"A Universidade é o palco e não a raiz do drama"

O Programa do Crédito Educativo impulsiona ainda mais a responsabilidade do ensino no Brasil para as iniciativas particulares. Toda esta verba aplicada num programa, cuja justificação é eliminar a elitização da Universidade, poderia ser aplicada na ampliação da rede pública de ensino, no seu aperfeiçoamento, no fornecimento de bolsa gratuitas aos estudantes carentes.

As classes mais baixas vêm-se cada vez mais prejudicadas em sua participação nas oportunidades educacionais, cuja distribuição, principalmente ao nível do ensino superior, é condicionada pela situação econômica, social e política das famílias dos estudantes. Florestan Fernandes diz que o governo pós-64 "perfilhou uma orientação aparentemente equitativa e necessária. Parece de fato, um absurdo que um país pobre financie com recursos oficiais o "ensino dos ricos e para os ricos"? Na medida em que não ocorreu uma revolução social, o poder continua na mão das mesmas classes dominantes e das suas elites políticas. A alteração das concepções, não se prende pois, aos imperativos de uma "filosofia democrática" da educação. Mas a propósitos bem definidos de destruir a nacionalização dos serviços públicos, onde quer que ela se tenha desenvolvido, qualquer que seja sua importância prática e quaisquer que sejam as consequências nocivas do que se está fazendo". (3)

As classes trabalhadoras, de cujo trabalho provém a riqueza do país, têm servido sempre no Brasil, como base de sustentação do status das classes dominantes. A existência de uma certa gratuidade do ensino no Brasil, não tem impedido que a desigualdade social, econômica e política, perpetue a existência de privilégios educacionais. Isto não significa que a correção de tal anomalia deva ser procurada na sua extinção. Uma verdadeira democratização da Educação no Brasil, não se daria a partir de mudanças nos seus estreitos limites, mas acompanharia uma distribuição equitativa da renda e do poder.

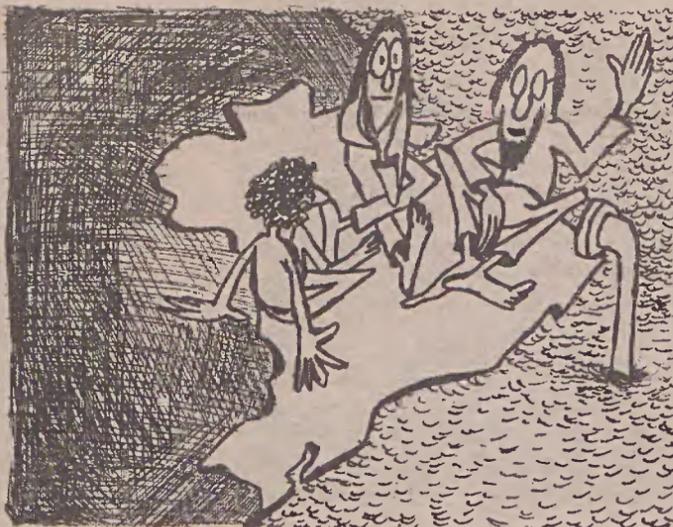
*Notas:

- (1) Folha de São Paulo, 28/03/76
- (2) Folha de São Paulo, 03/01/76
- (3) Florestan Fernandes. **Universidade Brasileira, Reforma ou Revolução?**. São Paulo, Alfa-ômega, 1975.

TABELA		
	AS DUAS FÓRMULAS	
	Juros simples	Juros compostos
Empréstimos	1.000,00	1.000,00
Juros	431,25	557,58
Saldo devedor antes da amortização	1.431,25	1.557,58
Prestação mensal amortizante	39,83	43,34
Total da dívida	1.911,93	2.080,65



ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES



O ano de 1975 pode ser considerado o mais importante para o Movimento Estudantil desde 1968 (Ver **A Invasão dos Bárbaros**, pg. 16), quando a repressão, através do AI-5 e do decreto-lei 477 consegue fechar várias entidades estudantis (Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais, Diretórios Estaduais e acabar de vez com a própria UNE, invadindo seu congresso em Ibiúna e prendendo centenas de estudantes. Nos anos posteriores a este, por se encontrar o M.E. desorganizado, os estudantes não tinham força suficiente para fazer frente às medidas governamentais (Reforma Universitária, Jubilamento, etc.).

As mobilizações do ano passado, não só de estudantes, mas dos diversos setores oprimidos da população, tinham todos o mesmo eixo: luta por melhores condições de vida, por melhores condições de ensino, por liberdade de manifestação e expressão.

A greve da Escola de Comunicações e Artes e a greve geral da Universidade Federal da Bahia, que desencadearam o processo no meio estudantil, colocaram a necessidade de se construir as entidades estudantis independentes.

Para impedir o fortalecimento e a união dos estudantes, o governo apela, cada vez mais, para a repressão. Tanto dentro quanto fora da Universidade. As mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do 2º Exército, marcam o auge da repressão, que toma proporções cada vez maiores. A morte de Herzog provoca,

em fins de 1975 uma paralisação geral da USP e de outras escolas.

Foi a luta contra a repressão e contra a inexistência de mínimas liberdades no país o motivo da reunião nacional de Campinas, em janeiro/76, a primeira após 68, com a participação de aproximadamente 150 estudantes de 54 entidades estudantis. A reunião foi convocada com o objetivo de se mobilizar os estudantes para se forçar o MDB a encaminhar uma CPI por Direitos Humanos. Esta proposta, porém, deixou de ser o ponto principal da pauta (apesar de também ter sido aprovada), frente a uma outra que colocava a necessidade de independência política do M.E. em relação à classe dominante, e propunha uma Campanha Nacional por Liberdades Democráticas, que culminaria com uma Semana de Luta por Liberdades Democráticas. Foi aprovada uma nova Reunião Nacional de Estudantes, a ser realizada na USP.

REUNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

Dia 3 de abril, sábado, USP. No Instituto de Física, muitas "caras diferentes", muita "gente de fora". São estudantes de outros Estados. O clima geral é de muita tensão.

"Tem carteirinha de estudante?"

Para pegar o crachá que permite o acesso à reunião é necessário a carteira de uma escola. Medida de segurança.

Manhã

Deveria ser discutido o critério de vota-

ção e ser feito um balanço do M.E. nos diferentes Estados. Devido à demora na decisão do primeiro ponto da pauta, acabou não sendo possível cumprir o segundo. O critério adotado, por maioria simples, foi o de voto por delegação (cada Universidade tinha direito a um voto; a proposta mais votada entre os membros desta Universidade, ficaria com o voto a ela destinado), as diretorias de algumas entidades que não concordavam com o critério adotado, e propunham o voto por Diretoria de CA, se retiraram, se recusando assim, a participar da discussão política das propostas, que se seguiu.

Tarde

Destinada à discussão de propostas para a Semana, havendo, inclusive, uma

para que esta se realizasse. Além da não-realização da Semana, ela propunha a formação de uma Comissão de Reconstrução da UNE e uma luta, somente, contra a Política Educacional do Governo (PEG). Esta proposta não foi aprovada por ser impossível, considerado o momento, a reconstrução de tal entidade, devido ainda à atual desorganização do M.E. e pelo fato da luta contra o PEG se restringir aos muros da Universidade, como se esta fosse desvinculada do resto da sociedade.

Marcada por um clima de tensão, que aumentava com o passar das horas; depois de muita discussão, às 19 h. mais por "questão de segurança", chegou ao fim a Reunião Nacional dos Estudantes. Foram quase 400 estudantes de 7 Estados, que aprovaram, além da Semana de Lutas por Liberdades Democráticas (de 26 a 30 de abril), um novo Encontro Nacional de Estudantes, a formação da Comissão Nacional de Estudantes (CNE), composta por delegados escolhidos nas Escolas.

"Coloquem todas as folhas com as propostas aqui. Não saiam com nada. É questão de segurança".

Era, mais uma vez, o "fantasma" da repressão que rondava por ali. E, foi justamente contra ela, por Liberdades Democráticas, que os estudantes votaram. Votaram contra a censura, as prisões, mortes, torturas; contra o baixo nível de ensino, as péssimas condições de vida, contra as cassações; enfim, contra todas as formas com que ela se manifesta, na perspectiva de reorganização independente do M.E.

VOCÊ CONHECE UM CURSINHO...

- Em que os alunos fazem parte da Comissão Diretiva?
- Que não bitola?
- Que não tem finalidade lucrativa mesmo?
- Em que o ambiente é de cooperação e não de concorrência?
- E que não anuncia no estadão?
- Que possui um corpo docente dedicado e especializado?
- Que não tem patrão?
- E que é altamente organizado?

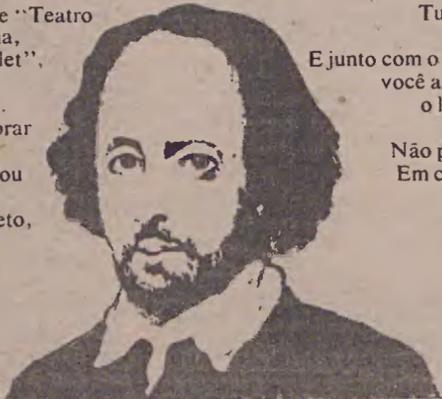
Conheça. Curso Politécnico

Cursinho do Grêmio da POLI
Rua Afonso Pena, 272, fone: 227.0607

TEATRO VIVO

Hamlet de Shakespeare. Não perca esta estréia.

O primeiro volume de "Teatro Vivo" já está em cena, apresentando "Hamlet", a mais famosa obra de Shakespeare. E para fazer você vibrar e aplaudir esta obra, a Abril Cultural cuidou de todos os detalhes: além do texto completo, você encontra a biografia do autor, apreciações críticas e históricas, e uma série de ilustrações.



Tudo luxuosamente encadernado. E junto com o primeiro volume, você ainda recebe grátis o livro "Introdução e História". Não perca esta estréia. Em cartaz em todas as bancas.





Até alguns dias atrás, a preocupação mais urgente de um grupo de alunos do 1º ano de comunicações da FAAP era encontrar um advogado que lutasse por vias legais pela reabertura de um curso para o qual prestaram vestibular, fizeram matrícula, pagaram e que agora inexistia.

Os alunos confiantes no manual distribuído pelo CESCEA que afirmava haver habilitações: Polivalente e Comunicação Social, Jornalismo, Relações Públicas e Propaganda na FAAP, foram surpreendidos no dia da matrícula, por cartazes afixados nas paredes da Escola, notificando a suspensão por no mínimo dois anos do curso de jornalismo e do fechamento do curso Polivalente.

As precauções tomadas pelo diretor João de Scantimburgo para a divulgação da notícia, tiveram a pretensão de serem inteligentes e hábeis, usando a tática da surpresa e contando com a desmobilização dos alunos devido às férias.

A "justificativa" que o diretor alegava para o fechamento do curso: "a decisão foi tomada para colaborar com a campanha do Sindicato de Jornalistas profissionais do Est. de S. Paulo, que constantemente reclamam do enorme contingente de bacharéis de jornalismo que sai das escolas anualmente à procura de um mercado de trabalho já saturado".

A reação do sindicato se fez sentir através de um documento refutando as palavras de Scantimburgo, que deturpava o real sentido de críticas que vinham sendo feitas através do jornal UNIDADE (órgão do Sindicato). A diretoria do Sindicato declarou que "embora reconhecendo a

existência de falhas e o excesso de cursos, o sindicato em nenhum momento encetou nem cogitou, jamais encetar uma campanha pelo fechamento de qualquer escola ou curso de jornalismo, e menos ainda especificamente o da FAAP. (...) É portanto totalmente improcedente a argumentação do Professor João de Scantimburgo em defesa de uma atitude pela qual como diretor do estabelecimento deve responsabilizar-se."

Paralelamente o D.A. 13 de Abril, também lançava uma carta aberta aos jornais na qual manifestava sua indignação e repúdio às atitudes tomadas pela direção da escola, e exigia as verdadeiras razões da suspensão do curso de jornalismo e fechamento do curso Polivalente.

CENSURA E REPRESSÃO

O curso de Jornalismo durante o ano que passou, foi alvo de inúmeras atitudes repressivas por parte do diretor. Três jornais foram sumariamente censurados e boicotados. Mesmo o jornal laboratório que faz parte do currículo não conseguiu sobreviver aos empecilhos burocráticos e à ação censora da Escola. O quarto ano, por exemplo, preparou quatro edições mas apenas uma foi impressa, assim mesmo para cumprir uma exigência legal do currículo. Segundo o professor Duque Estrada, "nenhuma das publicações do terceiro ano conseguiu ser editada por escamoteação da diretoria. Um dos jornais não saiu porque o "boneco" (o jor-

nal montado em originais antes de ser impresso) desapareceu do Jornal do Comércio (cujo diretor é o mesmo João Scantimburgo) onde deveria ser editado." Os alunos por fim, formam-se sem uma mínima experiência prática.

As iniciativas espontâneas tiveram o mesmo fim. O jornal EXEDIÇÃO que circulou em junho de 75, vinculado ao D.A. da Comunicações e que tinha como responsável o prof. Rodolfo Konder, teve oito páginas censuradas em seu primeiro número. O Diretor João de Scantimburgo havia cedido a gráfica do Jornal do Comércio, sob a condição de mandar o jornal à Censura Federal de Brasília. O EXEDIÇÃO ficou reduzido pela metade.

O caso que obteve maior repercussão foi o do "Cão Raivoso", jornal feito pelos calouros do ano passado. Uma crítica ao filme "Causa Perdida", sobre a luta de Che Guevara na Bolívia, valeu a suspensão por uma semana do aluno autor do artigo, fechamento do jornal e a advertência aos outros onze componentes da redação. Uma movimentação coletiva do primeiro e segundo ano levou a uma greve, que contudo foi interrompida dois dias depois, quando o diretor assustado retirou a punição ao aluno.

Estranhamente, depois da situação acalmada, uma intimação do DOI (Departamento de Operações Interna do II Exército) "convidou" o aluno autor do artigo a prestar declarações. Nessa mesma época (agosto de 75), os alunos da fundação, haviam conseguido uma de suas maiores assembleias, com aproximadamente mil alunos.

A questão discutida eram as mensalidades extorsivas cobradas pela fundação que teoricamente não visa lucros. A intimação do DOI nesse caso, tinha um segundo propósito: desmobilizar os alunos que estavam unidos em torno de uma reivindicação comum. No caso, tratava-se de uma intimidação indireta. Estava já em pauta, nessas assembleias, também o fechamento do curso Polivalente, que foi suspenso naquele ano por número insuficiente de alunos.

Em outubro, a situação do curso tornou-se mais frágil, quando três professores, Marco Antonio Rocha, Rodolfo Konder e George Duque Estrada foram chamados a depor, sob supostas vinculações ao PCB (os dois últimos ficaram presos, embora o processo só tenha sido instaurado agora). Mais uma vez, houve manifestações por parte dos alunos e o D.A. 13 de Abril exigiu uma definição do diretor à respeito da recontração dos três professores. Scantimburgo prometeu recontra-los. O fim da história, resume-se numa breve carta de duas linhas em que a Escola dispensa os serviços destes professores sem uma justa causa.

Aos poucos, o diretor ia conseguindo

seu intento. O passo seguinte foi o fechamento do curso, pois este já estava totalmente desestruturado e enfraquecido, sem professores competentes, sem jornais livres e com o declarado olho do DOI nas atividades escolares.

O JORNALISMO

É PERIGOSO?

Porque a direção da Escola se preocupava tão especificamente com o curso de jornalismo? Um fator foi o nível de organização e combatividade que se notava entre os alunos de jornalismo durante as mobilizações ocorridas naquele ano. Pelas diretrizes tão repressivas e reacionárias com que a direção da FAAP se caracteriza, não é interessante manter um curso onde os alunos criticam e questionam os abusos da diretoria da Escola e fazem exigências tais como Liberdade de Expressão. Um curso destes pode formar possíveis contestadores.

SAI O ABACAXI,

ENTRA O ANANÁS

No começo deste ano, Scantimburgo deixou o cargo de Diretor e foi substituído por seu colega, vice-diretor da Escola e chefe do Depto. de Propaganda, Sérgio Cotrim, o novo diretor, já "inaugurou" suas atividades com a proibição do filme "Outubro" de Eisenstein e ainda não se pronunciou em relação ao problema herdado de seu antecessor. Quanto aos alunos que já cursavam o segundo, terceiro e quarto ano, continuam normalmente seu curso de jornalismo.

Para os calouros restam duas opções: os cursos de Relações Públicas ou Propaganda, ou até 14 de maio entrarem com uma Ação Ordinária, individual, exigindo a reabertura do curso, e se isso não acontecer ao menos uma indenização e transferência para alguma outra escola que lhes possa oferecer o curso de jornalismo. Uma terceira opção, certamente a mais eficaz, seria uma forma de luta mais ampla e direta (greve) que mobilizasse todos os alunos em torno do problema. A atitude que vem sendo tomada restringe a movimentação a um plano individual. Entretanto, experiências desse tipo, já mostraram que atitudes isoladas individuais perdem completamente sua força quando comparadas a movimentos de lutas coesas e organizadas num plano mais coletivo.

MOVIMENTO

LEIA E ASSINE

DOIS PONTOS

LEIA

IPASQUIM

LEIA E ASSINE

Opinião

Leia e assine



ACIDENTES: 40 por minuto (a Cr\$ 3,50 a hora)

Na Cidade Universitária, um acidente ocorrido nas obras do novo prédio do Instituto de Física matou três operários. Fatos desse tipo são bastante frequentes no país, que possui um dos maiores índices de acidentes de trabalho do mundo. No ano de 1975, 1 940 000 trabalhadores foram acidentados no desempenho de suas funções. As causas de 85% desses acidentes: fadiga, subnutrição e excesso de horas de trabalho.

O desabamento de uma das paredes laterais de uma vala aberta para receber tubulações de esgoto em uma das obras do conjunto do Instituto de Física, na Cidade Universitária, causou a morte de três dos cinco homens que se encontravam trabalhando nela. Jesus Apolinário da Silva (30 anos), pedreiro; Sidney da Silva (16 anos) e José Augusto Barbosa (15 anos) morreram sob o peso da terra que caiu sobre eles. Antônio dos Santos (23 anos) conseguiu proteger-se e Valter Apolinário da Silva ficou com meio corpo soterrado. A vala, medindo de cinco a seis metros de profundidade, um metro e meio de largura e uns sete metros de comprimento, pela sua própria dimensão e pelo fato de ter sido aberta em terreno de aterro, exigia escoramentos que não foram feitos. Ela já havia dado sinais de sua insegurança quando, duas semanas antes do acidente, ocorreram desabamentos em alguns de seus trechos, sem contudo ter causado vítimas.

O acidente, que chamou a atenção da imprensa e dos meios estudantis foi apenas mais um dos prováveis seis ou sete mil acidentes que ocorrem por dia útil, em média, no país (em 1974 a média diária de acidentes foi de 5 891). Ladislau Konkowiski, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, afirma que ocorrem em média no país cerca de 40 acidentes de trabalho por minuto.

Como se vê, os trabalhadores que

morreram na Cidade Universitária não foram exceções. Nem tampouco a causa imediata do acidente — falta de escoramentos — foge à normal ausência de quaisquer dispositivos de segurança nas obras. Embora sabendo que estavam arriscando suas vidas ao descerem ao fundo da vala, eram obrigados a fazê-lo — como afirmou Antonio dos Santos à imprensa — sob a ameaça de serem despedidos. Da mesma forma que 30 a 40% dos trabalhadores da Construção Civil, nenhum dos cinco homens estava registrado pela empreiteira, da qual nem sabiam o nome ao certo. E, também como a maioria dos trabalhadores da categoria, seus salários giravam em torno dos Cr\$ 3,50 a hora. Sidney e José Augusto, por serem menores de idade, recebiam somente Cr\$ 3,00. Antônio e Valter ganhavam Cr\$ 3,50 a hora, e Jesus, que era pedreiro, recebia um pouco mais.

TRABALHAR: UMA ATIVIDADE PERIGOSA!

Os acidentes de trabalho têm aumentado de forma incessante. Observa-se, segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que no ano de 1969 (quando ocorreram 1 milhão de acidentes) ao ano de 1975 (1,9 milhões de acidentes) houve um acréscimo

de 83% no índice de acidentes, isso num período de apenas seis anos.

As empresas normalmente não respeitam as normas mínimas de prevenção de acidentes. Com relação às empresas de Construção Civil, uma pesquisa feita pela Divisão de Engenharia da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) mostrou que das 127 obras de edificações visitadas, 90% possuíam escavações com mais de um metro e meio de profundidade sem os escoramentos necessários; 52% apresentavam riscos de desabamentos; 69% apresentavam escadas em condições inseguras; etc. Dados esses que mostram as precárias condições de trabalho em que estão os trabalhadores da Construção Civil.

Não existe nenhum interesse das empresas em oferecer condições seguras de trabalho. Quando um trabalhador morre ou se torna inválido, é fácil para a empresa substituí-lo por outro, uma vez que o INPS arca com todas as despesas relativas aos trabalhadores acidentados. Observa-se então que o Instituto tem lançado mão da arrecadação para cobrir despesas que seriam de responsabilidade total das empresas. Por outro lado, como a fiscalização praticamente não existe, as empresas sentem-se à vontade para não respeitar as normas de segurança. Na pesquisa da FUNDACENTRO, das 127 obras observadas 100% nunca havia recebido nenhuma vez a visita de fiscais. Existe ainda o caso de determinadas empresas que preferem incluir previamente as multas em seus orçamentos, a instalar dispositivos de segurança. Isso acontece porque as multas (de 1 a 10 salários mínimos) são menores que os custos que a empresa dispenderia com a segurança dos trabalhadores.

As estatísticas mostram que o INPS gastou somente no ano de 1974 a cifra de Cr\$ 1,46 bilhão com acidentes de trabalho (esse dado refere-se apenas aos acidentes liquidados, não considerando aqueles que ainda estão recebendo auxílio do Instituto). Nesse mesmo ano foi gasto Cr\$ 987,44 com cada acidentado. O INPS arca atualmente com as despesas de 114.600 segurados por acidentes de trabalho recebendo auxílio-doença, 18 773 recebendo pensão e 4 757 por invalidez permanente. Na tentativa de reduzir esse volumoso montante, o INPS tem oferecido privilégio às empresas que diminuem a incidência de acidentes em seus estabelecimentos. O Instituto oferece na renovação do contrato de seguro com a empresa um desconto proporcional aos recursos economizados pela autarquia (no estado de São Paulo, 3 mil empresas pagam tarifas individuais).

A nível governamental, a principal medida tomada foi fazer vigorar a Portaria 3237, criada em 1968. Segundo ela, as empresas com mais de 100 empregados são obrigadas a manter em funcionamento efetivo Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs). Mesmo que se pudesse admitir que a simples criação de comissões de prevenção pudesse reduzir a ocorrência de acidentes, essa Portaria deixa escapar entre os dedos o setor que possui o maior índice de acidentes: a Construção Civil. Ladislau Konkowiski, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, afirma que 95% das 7 mil construtoras que existem na cidade de São Paulo possui menos de 100 empregados, não sendo dessa maneira atingidas pela Portaria.

CONSTRUÇÃO CIVIL MATA MAIS

A Construção Civil é o setor onde ocorre o maior número de acidentes. No ano de 1974, 460 mil trabalhadores na Construção Civil foram acidentados. Os acidentes nesse setor representam 27% do total registrado no país. Uma pesquisa elaborada pelos médicos especializados em trabalho Mounif El Hayek, Maria Helena Pacheco e pelo estudante de medicina Douglas

Catan, publicada pelo jornal Última hora (21/1/75) demonstra que o maior índice de óbitos causados por acidentes de trabalho ocorre nas profissões de operários de construção, pedreiros, serventes e ajudantes. Nos anos de 1971, 1972 e 1973, 68% dos óbitos causados por acidentes de trabalho ocorreram nessas atividades. Dos 266 óbitos registrados pelo Instituto Médico Legal causados por acidentes de trabalho, no ano de 1972, pouco mais de 100 trabalhadores mortos eram operários de construção e serventes. As estatísticas não deixam dúvidas. No ano de 1973, dos 1 423 369 operários registrados no setor de construção civil, 413 118 operários (quase 32%) foram acidentados.

Quanto às causas dos acidentes, tem-se observado que o cansaço, a subnutrição e a fadiga são os fatores que mais têm contribuído para o alto índice de acidentes. Além disso, existe um explícito desinteresse dos empresários em manter um sistema efetivo de segurança. De fato, não se pode esperar que as empresas acrescentem em seus orçamentos despesas "extras" com prevenção de acidentes para poupar trabalhadores que não possuem nenhuma especialização profissional e que podem ser substituídas facilmente por outros, sem grande acréscimo de despesas. Não é sem motivo que os serventes encabeçam a lista das profissões que apresentam maior índice de acidentes fatais.

Contudo, a maior parte dos acidentes ocorre devido às precárias condições de vida a que estão sujeitos os trabalhadores. A fadiga, provocada pela subnutrição e pelo excesso de horas extras, tem causado acidentes com frequência. O médico do trabalho Stanley Baptista de Oliveira, durante o XIV Congresso Nacional de Acidentes do Trabalho, apresentou a tese de que 85% dos acidentes de trabalho são causados por fadiga. Do mesmo modo o presidente do Instituto Brasileiro de Segurança afirmou que a maior parte dos acidentes ocorridos na Construção Civil acontecem porque os operários são subnutridos e consequentemente fatigados.

Stanley de Oliveira fala em sua análise de um tipo específico de fadiga: refere-se a uma espécie de cansaço provocado pelas inúmeras agressões que o trabalhador sofre no ambiente de trabalho, ou fora dele. As péssimas condições de moradia, a alimentação deficiente, o número exagerado de horas de trabalho e a escassez de repouso são apresentadas como as principais agressões a que estão submetidos os trabalhadores diariamente. Além disso, Stanley de Oliveira aponta como errôneas as estatísticas que mostram que a imprudência, a irresponsabilidade e a distração do operário são as grandes causadoras de acidentes, afirmando que tais fatores nada mais são do que consequências do estado de fadiga em que se encontra o operário. Também contrariando as estatísticas tradicionais, outra pesquisa, a da médica Lea Leal Ferreira, analisando o período compreendido entre 1969 a 1973, verificou que apenas 22% dos acidentes foram causados por falhas humanas.

Não é difícil de perceber que os determinantes da fadiga são característicos das condições de super exploração em que vivem os trabalhadores. A ocorrência de acidentes de trabalho em larga escala está indissociavelmente vinculada a fatores como baixo nível salarial e jornada de trabalho de 10 horas diárias ou mais, que, por outro lado, cumprem um papel importante para a alta lucratividade das empresas. Essas condições sub-humanas de trabalho não são, desse modo, apenas uma deficiência das condições gerais de trabalho oferecidas pelas empresas. Estão ligadas às características básicas das economias dependentes, que têm no mecanicismo super explorador a sua sobrevivência. Assim, não serão, sem dúvida, campanhas de esclarecimentos, comissões de prevenção de acidentes ou incentivos às empresas para que reduzam o número de acidentados que terão condições de estancar o acelerado crescimento do índice de acidentes de trabalho.



1º DE MAIO



O primeiro de maio representa a comemoração das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e por maior liberdade. Uma luta árdua, contando séculos, que vem desde a Revolução Francesa; é desde então que surgem os primeiros movimentos operários. Daí até hoje, não se parou de lutar contra a exploração e a opressão para se constituir uma nova sociedade. Em alguns casos os movimentos operários foram vitoriosos. A maioria deles, porém, foram violentamente reprimidos. Um exemplo nítido dessa opressão foi o móvel principal que levou os operários de vários países a decretarem o dia 1º de maio. Dia Internacional do Trabalho, em 1889.

Na década de 80 tem início, nos EUA, a luta pela aplicação da jornada de 8 horas de trabalho, proteção ao trabalho da mulher, e do menor, e por melhores condições de vida. Os operários realizaram diversas manifestações que se estenderam por todo o país e terminaram numa greve geral em 1886, de quase um milhão de trabalhadores. A maioria das fábricas parou e muitos outros trabalhadores dos setores comercial e bancário aderiram à luta. A repressão foi intensa. Em Chicago, quando estourou a greve geral, 11 mil operários pararam o trabalho. A maioria das fábricas paralisaram, exceto uma. Os operários grevistas tentaram pará-la destruindo-a. A repressão se fez sentir. A patrulha policial atirava contra os trabalhadores; mas estes conseguem reorganizar-se, promovem uma manifestação pública, contando com mais de 50 mil operários para protestar contra a feroz repressão de que eram vítimas. A polícia volta à carga e prende 7 operários — os líderes. Deles, 3 foram condenados à forca e executados no dia 11 de novembro de 1887.

Três anos depois, os operários reunidos em Paris, dedicam a data de 1º de Maio "à lembrança dos mártires operários" e este dia é consagrado como "dia de luta da classe trabalhadora". Os trabalhadores do mundo inteiro acatam esta orientação e convertem o dia 1º de Maio em dia de luta.

História (da repressão) do Movimento Operário Brasileiro

O M.O.B., desde suas origens, teve como contrapartida a repressão. Dependendo da época e da classe política dirigente, a repressão tomou várias formas: desde uma repressão direta sobre o M.O. (antes de 1930) quando este era comparado "a um caso de polícia", até formas mais veladas, mas que nem por isso deixaram de frear, e fazer recuar o M.O. como foi o caso do atrelamento dos sindicatos ao Estado, a institucionalização do peleguismo, etc. Nesse sentido, é só analisando como, durante todo o processo, a repressão ao M.O.B. foi possível e às formas utilizadas pelas classes dominantes para reprimi-lo, é que poderemos compreender sua desarticulação nos dias atuais e a premência de reorganização.

O M.O. até 30: — No Brasil, O M.O. antes do século XX tem pouca expressão tanto quantitativa como qualitativamente; dado o pequeno número de operários e a falta de organização.

Isto porque desde as origens o Brasil inseriu-se na divisão internacional do trabalho, o que fez com que sua produção se fixasse predominantemente em uma agricultura voltada para a exportação. O poder político da classe agrária-exportadora, que então detinha o poder econômico, barrava quaisquer tentativas mais consistentes de industrialização. Daí o pequeno número de operários e a pouca expressão do M.O.

Durante a 1ª República, a política econômica do governo continuava a voltar-se para a

manutenção de condições favoráveis para o principal produto de exportação: o café. No entanto, dada a necessidade de diminuir o custo de reprodução da força de trabalho urbana, a industrialização de alguns produtos básicos de consumo popular foi se impondo. Como também fatores conjunturais — I Guerra Mundial — aceleraram a industrialização dada a dificuldade de se importar manufatura. E, assim, o M.O. tem condições de crescer e fortalecer-se.

Desde 1906 os operários brasileiros começaram a se organizar de uma maneira mais efetiva fundando a Confederação Operária Brasileira (COB). Em 1913 a COB reúne mais de dez mil trabalhadores em praça pública no Rio de Janeiro, numa manifestação contra a alta do custo de vida e por melhores salários. Em 1915, no dia 1º de maio a COB e Federação Operária conseguiram mobilizar mais de vinte mil pessoas no Largo São Francisco do Rio de Janeiro em uma manifestação contra a carestia. O maior marco de luta da classe operária foi, porém, a greve geral de julho de 1917 em S. Paulo. De início as reivindicações são por aumentos salariais; quando se expande a greve, as reivindicações se ampliam. Chega-se a formar um Comitê de Defesa Proletária, integrado por líderes sindicais e associações populares, que ampliam bastante as reivindicações. Assim, a greve de 1917 foi uma importante experiência de luta para a classe operária. E, não por coincidência, esta foi uma das épocas em que houve violenta repressão sobre o M.O., inclusive choques com a força pública, prisões de líderes e mortes.

Os objetivos comuns das reivindicações que se podem atribuir para os movimentos operários entre 1917/21 se refere ao reconhecimento e o reforço de organismos sindicais que começam a ganhar representatividade e a obtenção de medidas restritas ao âmbito econômico. Apesar do descenso sofrido pelo M.O. a partir dos anos 20 e da intensa repressão, continua a haver mobilizações através de greves, alcançando vitórias em alguns casos.

O M.O. PÓS 30

A crise de 1929, e as contradições internas à sociedade brasileira acabaram por levar a uma crise de hegemonia política, representada pela perda do papel hegemônico da burguesia cafeeira, a incapacidade dos setores agrários não vinculados ao café ou da classe média para exercer com exclusividade o poder. Cria-se, segundo alguns autores, um "vácuo no poder" que deverá ser preenchido por forças heterogêneas: burguesia industrial, setor agrário exportador, setores médios, e proletariado urbano. Assim, o Estado que tem lugar pós anos 30 terá como objetivo a "paz social", a "harmonia entre as classes". No cerne desta doutrina está, porém, uma política de controle e dominação da atividade e organização política do proletariado, ou seja, conter a luta de classes.

Os instrumentos para tanto eram os sindicatos, as instituições trabalhistas, a legislação do trabalho e a previdência social. Assim, toda uma série de reivindicações pelas quais a classe operária havia lutado serão atendidas pela legislação getuliana, que ao satisfazer em alguma medida as reivindicações das massas, manipula-as e acaba por vinculá-las à sua política populista, impedindo, assim, uma estratégia política autônoma das classes populares. Já em 1931 o governo reconhece e oficializa os sindicatos; a partir do golpe de Estado de 1937, porém, a ditadura de Getúlio passou a intervir violentamente nos organismos sindicais retirando toda a autonomia sindical, filiando as organizações de classe ao governo. Assim, o sindicato deveria colaborar e servir aos interesses do Estado. A partir de então se dá a sua despolitização e o surgi-

mento dos famosos pelegos. É a repressão que se impõe novamente ao M.O., não se trata de uma repressão ostensiva, direta, mas de uma repressão velada que corrói um dos importantes canais de participação da classe operária: os sindicatos.

Um outro ponto importante para se compreender melhor o M.O.B. pós 30 é o que se refere a atuação dos partidos de esquerda, Principalmente o PCB. Poderíamos analisá-lo desde suas origens, sua ligação ao tenentismo, seus desviamos de esquerda e de direita. O importante, porém, a ressaltar em sua atuação, principalmente para o fim do período populista, foi sua política de colaboração de classes que na prática reforçou o populismo, impedindo a livre participação da classe operária, na medida em que se conformou às lideranças, organização e interpretação burguesa da realidade. Assim, nos momentos mais críticos, quando a aliança populista se rompe em um processo de lutas e as situações de classe se delineiam, a classe operária não contava com lideranças adequadas para reagir.

Apesar de todo o cerceamento a que a classe operária estava sujeita, as mobilizações persistem, retomando pouco a pouco sua força. De 1930/35 são retomadas as lutas. Sobretudo em São Paulo deflagram centenas de greves em defesa de seus direitos e interesses, culminando em 35 com uma tentativa de insurreição representada pela Aliança Nacional Libertadora. A partir de 1940 o M.O. se coloca contra o fascismo e a vitória dos aliados sobre estes possibilitará nova organização dos trabalhadores. Em 1945 é criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) liderado por comunistas e assinado por mais de 300 dirigentes sindicais. Em 1947 nova onda de repressão se abate sobre o M.O. quando é fechada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e substituídas as diretorias de mais de 400 entidades sindicais. Nos últimos anos da década de 50 e primeiros da de 60 o M.O. vai amadurecendo politicamente, suas reivindicações vão desde melhorias salariais, previdência social, liberdade sindical, se posicionam contra o imperialismo, e acabam criando em 62 o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que luta por reformas de base.

É curioso notar que o populismo traz em si contradições: quando propõe "harmonia social", "paz entre as classes sociais", na verdade, o que está havendo é uma despolitização das classes participantes da aliança. Na prática, porém, durante o processo de lutas as classes acabam por amadurecer politicamente. Isto se torna mais claro se nos ativermos ao sindicalismo populista, este é definido como um órgão de colaboração do Estado e, nesse sentido, suas lutas se travam dentro desses limites. Durante o processo de lutas, contudo, as massas passam a assimilar de forma específica a própria experiência política.

É o que realmente parece ter acontecido nos primeiros anos da década de 60, pois, a combatividade do M.O. aumentava, as reivindicações se tornavam cada vez mais amplas, o próprio populismo passou a ser colocado em xeque. Da "harmonia de classes" preconizada pelo populismo passava-se à confrontação de classes, onde estas percebiam mais e mais onde estavam seus reais interesses. Até que a repressão se fez sentir mais uma vez através do golpe de Estado de 1964 claramente desferido contra os trabalhadores e que vem pondo a perder toda uma série de conquistas das lutas políticas e sindicais brasileiras.

O que restou de um passado de lutas

Após 64 o que se viu foi a desmobilização

da classe operária, maiores restrições à sua já escassa participação e, com isso acabaram por lhes arrancar muitas de suas conquistas. Vejamos alguns exemplos: o que foi feito da jornada máxima de 8 horas de trabalho? Durante toda a 1ª República essa foi uma das reivindicações básicas da classe operária brasileira e para conquistá-la lutou anos a fio. Até que finalmente foi estabelecida por lei em 1932. Hoje, no entanto, se trabalha 10, 12 e até 14 horas diárias através das horas extras. E a razão disso pode ser encontrada no tipo de desenvolvimento após 64 que teve no arrocho salarial um de seus pontos de sustentação. Com isso os trabalhadores brasileiros foram sendo progressivamente compelidos a recorrer ao trabalho extraordinário e a jornada de 8 horas está se tornando letra morta. E a submissão da classe trabalhadora a esse regime de trabalho se deu e se dá devido à sua desorganização, ao atrelamento dos sindicatos ao Estado, etc. Com as horas extras, a classe operária tem graves prejuízos não só para a pessoa física do trabalhador, mas também para a própria classe. Vejamos algumas consequências: depauperação física e espiritual do trabalhador, perdendo em pouco tempo sua única propriedade: a capacidade de trabalho; aumento da concorrência entre os próprios operários, aumentam os riscos de acidentes de trabalho.

Outra importante mudança pós-64, que simboliza importantes lutas da classe trabalhadora, e que hoje está perdida é a estabilidade por tempo de serviço. Em seu lugar surge o FGTS, que permite à empresa despedir qualquer trabalhador com qualquer tempo de casa, gerando um grave problema social.

E o direito de greve? Ficou reduzido a zero uma das únicas armas efetivas na mão dos trabalhadores. Pela Constituição Federal esse direito está assegurado, porém, são tantos os trâmites burocráticos e os cerceamentos que, na prática, dificilmente dentro das normas legais é possível utilizar-se desse direito. Dessa forma, segundo a lei, a greve não pode se efetivar por motivos políticos, partidários sociais, de apoio ou de solidariedade (a outras greves), por reajustes salariais pois estes são fixados por lei. Por outro lado, as greves ditas legais só poderiam ser decretadas por deliberação da assembléia geral da entidade sindical, contando para presidir a mesa um membro do Ministério do Trabalho. E a greve proibida é definida como crime contra a Segurança Nacional.

Dessa forma, qual o poder de pressão hoje dos trabalhadores na medida em que todos os seus canais de expressão foram enrigecidos (sindicatos) ou extintos e perseguidos, e seus membros torturados (partidos) em função da manutenção de um regime político/econômico do qual eles não participam.

Seria errôneo, no entanto, pensar que só após 64 os seus canais de expressão deixaram de existir ou se adulteraram. Na realidade a estrutura sindical existente vem dos tempos do Estado Novo. Assim, embora 64 não traga alterações substanciais nessa estrutura, torna mais rígido e intenso o controle do Estado sobre os sindicatos. A intervenção direta se dá com maior frequência desestimulando a participação.

Hoje os sindicatos não têm mais por função apoiar políticas populistas ou ser instrumento destas. Suas funções restringem-se geralmente a prestarem serviços, transformaram-se, enfim, em um órgão de assistência social.

Bem, de todos esses cerceamentos sofridos pela classe trabalhadora, principalmente pós 64, as consequências são palpáveis: queda real dos salários e com isso maiores índices de mortalidade, subnutrição, carência educacional, etc. e sua marginalização política enquanto classe social.

Hoje, portanto, no Brasil, apesar de o dia 1º de Maio ser o dia do trabalhador ele é comemorado pela burguesia. Esta classe tem motivos para comemorar esse dia em nome dos trabalhadores pois, conseguiu arrancar à classe trabalhadora grande parte de suas mais importantes conquistas, conseguiu depauperá-la ao máximo, retirar-lhe todos os canais de expressão. Assim, nos últimos anos, os discursos, as bandas de música, as festas, se sucedem na comemoração oficial, mas há uma ausência importante nessas festas: a classe trabalhadora. E só quando essa classe recuperar, através de sua organização e luta, o direito de se expressar, de reivindicar com as armas que lhe são próprias: greves, sindicatos livres, partido próprio, é que o dia 1º de Maio voltará a ser comemorado e recuperará o seu verdadeiro significado: a revivência do espírito de lutas para aqueles que são explorados e oprimidos.



A INVASÃO DOS BÁRBAROS

O Teatro Estudantil pode ser usado como um meio pelo qual podemos detectar a realidade e apreender através da manifestação artística as contradições de um momento dado. Essas contradições, de uma forma ou de outra, nos ajudarão a compreender o momento atual e assim poder atuar conscientemente com perspectivas para o futuro. É exatamente dentro desse ponto de vista que se coloca a peça de Consuelo de Castro; "A INVASÃO DOS BÁRBAROS", levada pelo Grupo de Teatro da Biologia e Ciências Sociais. A ocupação da Faculdade de Filosofia da USP em julho de 68, transporta para o cenário teatral as contradições da luta estudantil travada naquela época, quando o movimento de massas atingiu o ápice da contestação ao sistema desde abril de 1964.

Os estudantes se organizam

É depois da fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1937, que o movimento estudantil, através de um órgão de representação nacional, passa a ter maior importância no contexto social e político. Isto se reflete em campanhas nacionais contra a infiltração nazi-fascista, no combate ao Estado Novo e em 47 com a campanha "O Petróleo é nosso", que empolgou a nação inteira e se consolidou na criação da Petrobrás.

Após o ano de 56, com o processo de industrialização intensivo em nosso país, vai se tornando claro a deficiência da Universidade brasileira, quando esta não vem suprir a formação de técnicos necessários a uma indústria e tecnologia nacionais. É esta deficiência que vem dar origem em 1960, na Bahia, ao 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE. Em seus documentos encontramos a universidade caracterizada como "uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente". E acentua: "... A universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a universidade se situa em seu topo." Coloca ainda que "a Reforma Universitária só não será um mero retoque de fachada desde que seja vista como um momento de um processo mais vasto que é a Revolução Brasileira."

Três anos depois, durante o governo de Goulart (ver 1964, pag. 8), o movimento estudantil se confunde com as movimentações maiores, a UNE filia-se ao MEC, passa a acompanhar o governo em suas iniciativas e deste recebe polpudo apoio financeiro. É o golpe militar em 64, o responsável pela considerável mudança de condições para o movimento estudantil.

O acirramento das lutas

A lei do ministro Suplicy de Lacerda, em novembro de 64, vem proibir a todos os órgãos de representação estudantil "qualquer manifestação, ação ou propaganda de caráter político-partidário" e criava no lugar da UNE o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). Três anos depois era extinto qualquer órgão de representação nacional através do decreto-lei 228, assinado pelo ministro Moniz Aragão. Isso vem mostrar que o sistema, colocando em prática a violência que lhe é inerente, já se encarregava, antes do AI-5 e do 477, de ir apagando os prováveis focos de contestação ao regime. Inútil. Os estudantes continuaram sua atuação, a UNE continuou viva e são exatamente as mobilizações que explodem no ano de 1968 que vêm dar provas disso.

A morte do estudante Edson Luiz em março, quando da invasão do restaurante estudantil Calabouço no Rio de Janeiro pela polícia, sob o pretexto de reprimir uma passeata que sairia dali em direção à embaixada dos EUA, deu início à série de manifestações que se desenrolaram durante o ano de 68 em quase todas as grandes cidades do país. E no meio dessa luta, vamos encontrar em S. Paulo, no mês de julho, a Fac. de Filosofia da USP ocupada pelos estudantes, transformada no "quartel-general" das atuações na cidade, onde se realizavam cursos de férias, a reforma universitária era discutida e as assembleias ditavam as diretrizes para o momento. É onde se encaixa "A Invasão dos Bárbaros", e o importante a ressaltar é que a peça não é nenhum simples reflexo dessa ocupação ou do movimento estudantil, não é nenhuma "história" dos acontecimentos, mas uma forma de representação artística RELACIONADA com a experiência vivida, e sua importância reside em trazer para debate as contradições do movimento estudantil, as discussões entre lideranças, as idéias vei-

culadas, as lutas existentes, a repressão policial e uma "imaturidade" um tanto quanto caricaturada que colocam a nu essa força social: o movimento estudantil.

O M.E. e as contradições da Universidade

De acordo com um dos estudos mais sérios do movimento estudantil no Brasil, de autoria de Marialice Foracchi, o movimento estudantil dá expressão às tensões da conjuntura, mas não as cria, "irrompe por 'surto' em ritmo de ascenso e descenso, que nada mais é que o ritmo das tensões ao longo das quais o M.E. se forma". É um movimento pequeno burguês por excelência, não estando diretamente envolvido no processo de produção. Possui é claro, as hesitações e oscilações da pequena burguesia, e não tem a capacidade de impor sua visão ao resto da sociedade. (1)

Isso não quer dizer que essa pequena burguesia não traga dentro de si contradições, é onde encontramos os estudantes, que apesar de possuírem essas características gerais, passam à direta contestação da ordem estabelecida. Vejamos porque. Quando o grande capital — com as portas abertas pelo sistema — passou a engolir os pequenos proprietários, estes começam a ver nos cargos oferecidos pela iniciativa privada e estatal a grande possibilidade de subir na vida. Para isto seria necessário a formação superior. Neste sentido, a pequena burguesia só pode encontrar na universidade a única alternativa de ascensão social (ver *Acordos e Decretos*, pag. 10). Isso vem de choque ao que o sistema oferecia em termos de educação: uma estrutura funcional e educacional arcaica, um ensino altamente elitizante, o autoritarismo, a rígida hierarquia e um grande número de excedentes (alunos que obtinham a média necessária ac

podiam cursá-lo por falta de vagas).

Quando analisamos o processo de lutas do movimento estudantil, até 1968, inserido na sociedade brasileira, encontramos o seguinte: desde a Declaração da Bahia, em 60, os estudantes já reivindicavam a reforma universitária. Em 64 apóiam as reformas de base, reformas estas que não extrapolavam os limites da sociedade burguesa. Após o golpe passam a denunciar os acordos do Brasil com os EUA (o MEC-USAID é expressão disso). Quando o governo tenta "melhorar" o ensino através de um intercâmbio cultural, isto quer dizer trocado em miúdos: os EUA dão a ideologia e o Brasil os alunos). Propõem a reforma universitária e chegam à conclusão de que: a democratização do ensino, ou seja, vaga para todos, é inviável dentro deste sistema. A reforma seria apenas uma engabelação, pois o caráter de classe da universidade não permite que esta questione o sistema e sim lhe ofereça quadros para sua sustentação. Disso até à contestação direta foi um passo, ficou claro que só uma transformação radical mudaria a universidade.

O M.E. e a luta de classes

O ano de 1968 é no seu geral um ano de ascenso do movimento de massas. Cresceu no todo através de ascensos e descensos que ocorreram durante a passagem do ano. Mas é também o ano em que o movimento estudantil teve uma "quebra", ou seja: foi reprimido pela força policial e levou mais de quatro anos para se recuperar do "tombo". — Só em 1974, enquanto permanecem as contradições da universidade brasileira, é que sentimos uma rearticulação maior do M.E. Já em 75, começam a aparecer manifestações no Brasil inteiro: greve da Escola de Comunicações e Artes na USP pela queda do autoritário diretor Manuel Nunes Dias; greve na Universidade Federal da Bahia contra o jubileamento; greves em várias escolas de medicina do país; ato público onde 8 mil pessoas protestaram contra a morte de Vladimir Herzog, etc. — E o porquê desse tombo? É aqui que a peça de Consuelo de Castro traz uma valiosa colaboração. Ou seja, as dissensões internas do M.E. colocavam duas opções: a luta direta, as passeatas, a contestação nas ruas como forma de pressão. E outra que dizia ser necessário pesar o momento para atuar. E o que a peça deixa claro é que desde o início daquele ano a contestação já estava nas ruas, e continuou. As faculdades foram ocupadas, a luta se travou em campo aberto, nos comícios-relâmpagos, nas manifestações públicas, nas passeatas, nos vidros quebrados, carros incendiados, bandeiras imperialistas rasgadas etc.

Mas aqui o que se coloca não é a validade desse tipo de luta. E sim a falta da real base de sustentação para que o movimento estudantil fosse mais consequente. E essa base não poderia advir somente das frações da pequena burguesia que contestavam o sistema — clero, intelectuais e os estudantes combativos — ela teria de advir da classe operária que era e é a única que tem meios concretos de levar adiante uma transformação em nossa sociedade. Por outro lado, só poderemos entender a repressão às mobilizações de 1968 (força policial, AI-5, decreto lei 477) se encontrarmos nela o coroa-mento do processo de repressão que teve início em 1964. Essa repressão que agira intensamente contra as massas camponesas e operárias, voltava-se agora, com energia, contra as organizações estudantis que só viriam a se rearticular anos depois.

1) Marialice Foracchi *Os aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. Revista Civilização Brasileira, número 21/22.*

